

Escolas Móveis
De Abílio David

Edição de

Inês Mata
Fernando Pêra
Rita Alves
Inês de Brito
Mariana Thompson
Bruna Monteiro

Coordenação de Ângela Correia

**BIBLIOTRÓNICA
PORTUGUESA**

Lisboa

2015

1

NOTA EDITORIAL

A presente edição de *Escolas Móveis* data de 1916 e foi publicada pela Sociedade Editora José Bastos. Este exemplar, adquirido a um alfarrabista, apresenta na página de guarda um carimbo da Liga Portuguesa de Profilaxia da Cegueira do Centro Infantil Helen Keller, em Lisboa. Na página de guarda apresenta um autógrafo do autor dirigido a Avelino de Almeida, um jornalista e escritor que possuía uma vasta coleção de livros autografados por ilustres autores, com quem privava. A contracapa exhibe vários títulos do mesmo autor. Não obtivemos informações sobre outras edições desta obra.

Escolhemos trabalhar com esta obra pois retrata as falhas de uma iniciativa, datada de 1882,

que visava criar escolas móveis de forma a combater os altos valores do analfabetismo na população da altura.

Nesta edição, mantivemos rigorosamente a ortografia, bem como as gralhas. Mantivemos também as características gráficas, como o itálico e os espaçamentos relativos. Substituímos o uso de apóstrofos, na função de pontuação, por acentos agudos.

ÍNDICE

- Antes de ler**
- I. Duas palavras**
 - II. Escolas moveis officiaes**
 - III. O professor**
 - IV. O inspector**
 - V. Explicações precisas**
 - VI. Os detractores das Escolas Moveis**
 - VII. Uma campanha odienta contra as Escolas Moveis**
 - VIII. Continúa a campanha**
 - IX. O sr. de Palyart**
 - X. A minha missão na Bidoeira**
 - XI. Relatório da Missão da Escola Movel de Bidoeira de Cima**
 - XII. Conclusão**

ANTES DE LER

Quando comecei a escrever êste livro, ocorreu-me a idéia de o oferecer aos senhores Teofilo Braga, Bernardino Machado, Antonio José de Almeida, Afonso Costa e Brito Camacho; a uns pelo que foram, a outros pelo que são, e a outros ainda pelo que podem vir a ser na politica portugueza.

Forçava-os assim a ler estas paginas, onde alguma coisa de util podiam encontrar que os obrigasse a encarar a sério uma das melhores obras da Republica – as Escolas Moveis – que estão sendo surda e tenazmente guerreadas por quem nisso tem inconfessaveis interesses.

Mas reflectindo melhor, ao meu orgulho de autentico beirão repugnou a idéia de que alguém

visse na minha dedicatória àqueles cidadãos a sombra, sequer, duma subserviência, porventura o fim calculista de me fazer lembrado. Tanto bastou para pôr imediatamente de parte a idéia. Leiam-no se quiserem e colham dêle a lição dos factos. Quem o escreve tem uma larga folha de serviços á Republica, quer com a pena como jornalista, quer pela palavra, fraca na eloquencia, mas quente pela fé nos principios, quer pelos exiguos recursos da sua magra bolsa, quer finalmente pela escola, porventura o meio mais eficaz de propaganda.

Os três primeiros cidadãos citados conhecem bem o autor, e sabem de sobejo que diz a verdade. Não precisa, pois, fazer-se lembrado, nem descer a deprimentes curvaturas de espinha, para que absolutamente não tem feitio nenhum.

Por amor de Deus! Façam inteira justiça ao meu caracter.

Será orgulho? É. Mas dêste nobre orgulho que não quer humilhar, e por isso mesmo não quer ser humilhado.

Podia o autor ter sido qualquer coisa dentro da monarquia, e qualquer coisa lhe foi oferecida, que nobre e altivamente soube sempre regeitar.

Nada pretende tambem da Republica, porque ela está sendo optimamente servida por tacitos e declarados inimigos, por patriotas de pacotilha e adesivos da ultima hora, ao passo que muitos republicanos da *velha guarda* foram sistematicamente excluídos dos lugares publicos. E' justo, logico e coerente. O exemplo vem de longe. E' da Historia.

Nicolau Danton e Maximiliano de Robespierre receberam a justa paga dos seus serviços e de-

dicação á Republica. E se não é o misericordioso punhal de Carlota Corday, Marat teria tido a mesma sorte dos seus companheiros.

Portanto, entendidos.

Sempre foi de boa pratica que para governar bem uma casa e introduzir-lhe lá dentro a paz, o socego e a prosperidade, o melhor meio é fazel-a servir por empregados desonestos, desleaes e declarados inimigos dos donos.

E como principio de alta moralidade eu não conheço coisa melhor do que arvorar um ladrão em juiz doutro ladrão, e uma prostituta em juiza doutra prostituta.

E dito isto, que era preciso dizer-se, vamos a factos.

Uma vez criadas as Escolas Moveis, ofereceram-se quarenta escudos mensaes aos professores que as quizessem servir, durante dez mezes no

ano. Dos outros dois mezes de férias não cuidou o legislador, porque entendeu, e entendeu muito bem, que durante êles o professor podia perfeitamente passar sem comer. Bastava-lhe o *stok* de resistencia que o organismo adquirira lá fóra com a mudança de ares e de aguas.

Como os ilustres patriotas que gritavam contra as Escola Moveis achassem que semelhante vencimento era um pavoroso desperdicio, que iria decerto atirar de pernas ao ar a *burra* do Estado, fez-se-lhes a vontade, e reduziu-se a coisa a trinta escudos.

Perfeitamente logico.

Se ha serviço leve e nada fatigante, é o dos professores das Escolas Moveis. Aquilo até se leva por gosto, que não por necessidade. Um genero de *sport* como qualquer outro.

Como todos sabem, o professorado das Escolas Moveis compõe-se de professores e professoras. Entendeu o legislador que as professoras, que fazem o mesmo serviço dos professores, deviam receber tambem iguaes vencimentos.

Nada mais justo.

Pois agora pensa-se de maneira diferente; não sei se em obediencia á mão oculta que persegue as Escolas Moveis, se para satisfação dos adversarios desta nobre e benemerita instituição. Agora reduziram-se os vencimentos das professoras a vinte e quatro escudos mensaes!

Êste e outros factos identicos dão-me a dolorosa impressão de que sobre esta infeliz terra sopra, de ha tempo a esta parte, uma especie de vento de insania, que se compraz em ensandecer certos homens publicos.

Na verdade, se isto se fizesse na Monarquia, se um tal disparate se esboçasse, sequer, cairiam sobre ela o Carmo e a Trindade. Ora, se isto era condenavel na Monarquia, como é que ha de fazer sentido na Republica?

Mas não pára aqui a série de disparates que se vêm cometendo contra as Escolas Moveis. Os seus professores não são, em geral, tratados, por parte das diversas entidades do Estado, com aquele respeito e aquela consideração que lhes são devidas. Assim, não é raro verem-se nos documentos officiaes, dirigidos áqueles professores, êstes e semelhantes expressivos dizeres:

“Se não fizer isto, perde o vencimento.” “Se até ao dia tal não tiver cumprido esta ordem, não recebe o vencimento.”

Tenho em meu poder as provas do que afirmo, para tirar duvidas a quem as tiver.

Os leitores hão de concordar que estas fórmulas de mandar cumprir uma ordem, por parte do Estado, aos seus mais respeitáveis e beneméritos servidores, não podem ser nem mais gentis nem mais cativantes.

Para terminar.

Ao criarem-se as Escolas Moveis devia ter-se pensado em assegurar o futuro aos seus professores. Pois não se cuidou em nada disso. Que trabalhem enquanto puderem. Em não podendo, acabou-se.

Em 1915 conseguiu-se que o Parlamento votasse o pagamento dos dois mezes de férias á razão de vinte e cinco escudos por mez. No ano seguinte o orçamento esqueceu-se desta verba, e parece que os professores estão em via de não mais a receberem. Sendo assim, é mais uma ma-

chadada numa das mais eficazes instituições da Republica.

Pensem nisto a valer os altos dirigentes da politica portugueza, se amam devéras a Patria e a Republica. Pela minha parte, o dever está cumprido e portanto a consciencia descarregada.

Êste livro foi feito dum fôlego, sem pretenções literarias, porque visa unicamente a soltar um grito de alarme contra o perigo que ameaça uma das mais patrioticas instituições do novo regimen. Leia-o quem tem obrigação de o ler.

Tenho dito.

I

Duas Palavras

Antes da proclamação da Republica, ha cêrca de 40 anos, fundou-se aí uma benemerrita colectividade intitulada *Associação das Escolas Moveis*, que tinha por fim ensinar, pelo menos, a ler, escrever e contar a gente dos campos.

Organizaram-se várias missões que fôram ensinar êsse pouco a muitas terras de provincia onde êle era mais necessario.

Por êste meio prestou essa bela instituição relevantissimos serviços a milhares de criaturas que tinham perdido, por completo, a

esperança de vir a saber quanta luz encerram os vinte e cinco caracteres do alfabeto.

Não se perguntou por diplomas aos benemeritos pioneiros da nova cruzada — os professores das Escolas Moveis — que deveriam levar êsse pouco pão do espirito aos pobres aldeãos da nossa Patria.

Alêm de determinada pratica do ensino, o que principalmente se lhes exigia era o curso do método de João de Deus e uma conduta moral irrepreensivel.

Fôram. Desempenharam-se todos admiravelmente da sua espinhosissima missão, e os seus magnificos resultados podem hoje verificar-se nos arquivos da *Associação das Escolas Moveis*.

Um defeito, porém, tinham essas missões — a curta duração de quatro mêses. Em tão

restricção espaço de tempo os professores tinham de realizar verdadeiros milagres para saírem airosoamente da sua árdua tarefa. O proprio autor do método que elles empregavam reconheceu isso com a experiencia — a mim mesmo mo confessou por vezes — acabando por conseguir que as missões passassem a ser, pelo menos, de seis menses. Isto não era tudo; mas era já o indispensavel para se conseguir alguma coisa que se visse. O ideal seriam missões de dez menses, mas a *Associação das Escolas Moveis* não possuia recursos para tanto, e o Estado nunca se importou com ella para nada. Compreende-se. Ao regimen dos adiantamentos, da *débâcle* do Credito Predial, das ditaduras e de tantas outras belas obras, que estão na memoria de todos, não podia, de fórma nenhuma, ser simpatica

uma tal instituição. Seria o mesmo que ir buscar corda para se enforçar. Era, portanto, coerente e consequente neste ponto. Não lho levemos a mal.

Veu a Republica, e aproveitando o exemplo fundou seiscentas escolas moveis para obviar de pronto, tanto quanto possivel, ao pavoroso cancro do analfabetismo que a monarquia lhe legou – uns oitenta por cento de analfabetos !

Parece que esta bela e humanitaria medida do regimen triunfante em 5 de Outubro de 1910, deveria merecer a todos os portugueses, verdadeiramente amantes da sua patria, os maiores elogios. Não sucedeu assim.

Criaturas tem havido que não teem tido pejo de guerrear, quanto podem, a nobilissima instituição das Escolas Moveis da Republica.

Parece fantastico, mas não é.

Evidentemente, se me perguntarem se entendendo que o problema do analfabetismo se resolve com escolas moveis, respondo sem hesitar, com a convicção que me dá a minha qualidade de profissional, que não. Decerto não foi êsse, tambem, o pensamento do governo que criou essas escolas. O que se pretendeu foi aliviar, por ora, o terrivel mal do analfabetismo que nos envergonha perante a Europa, visto, como dizia um jornal, ha tempo, que a *herança da Monarchia* se póde resumir neste quadro interessante e eloquente:

Instrução Publica — $\frac{3}{4}$ de população analfabeta.

Finanças — 880:000 contos de divida publica.

Fomento — Só 2.997 kilometros de caminho de ferro monopolisados — Milhares de kilometros de estradas intransitaveis — Falta de escolas profissionaes — 19:000 empregados publicos — Monopolios declarados do tabaco e dos fosforos no paiz, e em Lisboa da agua, do gaz e da viação; disfarçados os do pão, da carne, do assucar, do peixe, etc.

Colonias — A maioria com *deficits* e sem civilização.

Defeza Nacional — Exercito com reduzido numero de homens, pouco armamento, fortes desartilhados, 6 cruzadores avariados, 17 canhoneiras incapazes, 11 lanchas velhas, 3 transportes sem valor e 4 torpedeiros.

Religião — Inumeras congregações religiosas — A Companhia de Jesus soberana

— Procissões e festas de igreja diarias —
7:000 padres.

Vaidade Nacional — 2 duques, 26 marquezes, 157 condes, 249 viscondes, 94 barões, 2:062 conselheiros e cêrca de 6:000 comendadores civis.

Diplomacia — Combinações secretas com altas personagens estrangeiras para o envio de forças d'esses paizes contra portuguezes para a manutenção do trono em Portugal.

Êsse quadro que aí fica é significativamente eloquente, o que aliás não deve admirar, porque toda a vida do constitucionismo foi um verdadeiro sudario de torpezas e ilegalidades que alguns dos seus mais cotados corifeus definiram em frases que noutro lugar reproduzimos.

Reatando o fio do discurso:

Portanto, escolas fixas não póde a Republica estabelecel-as todas, desde já, em toda a parte onde elas são precisas. Terá ainda de sustentar escolas moveis por espaço de dez a quinze anos.

Para além desse periodo não, salvo se os seus estadistas falsearem a sua missão e os principios fundamentaes do regimen democratico, ou se acontecimentos imprevistos, de suma gravidade, vierem perturbar sèriamente a vida economica do paiz e até da nação inteira.

A escola fixa, não ha duvida, é que é o ideal.

II

Escolas moveis officiaes

Quem geralmente não sae dos meios citadinos ou dos centros mais ou menos civilizados, não faz uma idéia exacta do estado de ignorancia, e por consequencia de atrazo, em que se encontra o continente portuguez. É pavoroso.

Para demonstrar e provar êste facto, não precisamos ir muito longe. Basta, por exemplo, sair de Lisboa e entrar no distrito de Leiria, que fica a umas quatro ou cinco horas de comboio, ou sejam umas trinta e tal leguas. Começa a visitar algumas aldeias do distrito, como o Vidigal, Mata, Bajouca, Bidoeira de

Cima, Bidoeira de Baixo, Alcaidaria, Vale de Coelho, Texugueira, Barracão, etc.; ao visitar êstes povos, cae-lhe a alma aos pés. Tem logo a impressão nitida e profunda de que saiu do centro da civilisação para o centro dum paiz semi-barbaro. Saíu dum foco de luz para entrar numa zona de sombras.

Habitos, costumes, traço, linguagem, tudo o impressiona profunda e desagradavelmente. E se é portuguez de lei, se é verdadeiro patriota, isto é, verdadeiro amigo do seu paiz, instinctivamente amaldiçôa o regimen já hoje morto que deixou esta bela terra em tamanho estado de atrazo. Ora calcule-se que se isto se dá aqui, a dois passos de Lisboa, isto é, no distrito de Leiria, o que não vae em Traz-os-Montes, no alto Minho, nas duas Beiras, etc.

Ignoravam os estadistas da Monarquia êste deploravel estado do paiz, ou sabiam-no, e de proposito o deixavam entregue á sua sorte? Em qualquer dos casos, êsses estadistas foram verdadeiros criminosos; não ha sair dêste dilema: porque, se não sabiam, deviam procurar saber para remediar. Andaram aí dezenas de anos a fingir que civilisavam ou queriam civilisar a Africa, e deixavam o continente no bonito estado em que ainda hoje se encontra, apesar de todos os esforços da Republica, que não podia fazer tudo em meia duzia de anos. De sorte, como se vê, que começámos por onde devíamos ter acabado; isto é, devíamos ter começado por civilisar o continente, antes de pretendermos civilisar a nossa Africa. Se assim não é, já não ha verdade nas cartas.

Ali por fins de 1890, dizia-me á sua mesa um amigo intimo, escritor e jornalista notavel por muitos titulos:

– «Meu amigo: despeço-me hoje de vossê. Parto a visitar o nosso paiz, desde o Minho ao Algarve, para ir surpreendê-lo no seu âmago, no seu viver intimo. Estamos, como sabe, em vespervas duma revolução, e é possivel que eu seja chamado a sobraçar uma pasta. Se assim fôr, quero estar habilitado a conhecer bem o meu paiz, primeira condição que julgo indispensavel a um estadista, para ser digno dêste nome. Não quero, de nenhum modo, parecer-me em nada com os estadistas da Monarquia.»

Foi. Viajou. Viu. Cerca de três mêses depois, rebentava o 31 de Janeiro. Falhou a revolução pelos motivos que todos nós sabemos. O meu amigo não chegou, portanto, a ser mi-

nistro. Mas se o chegasse a ser, que bela lição dava, com aquele facto, a futuros estadistas!

Implantada a Republica em 1910, uma das medidas mais acertadas do novo regimen foi, como já disse, a criação das Escolas Moveis Oficiaes. Com efeito, na impossibilidade absoluta de dotar imediatamente o paiz com todas as escolas fixas precisas, por falta de recursos, o meio de atenuar eficazmente, na medida do possivel, o terrivel mal do analfabetismo, foi aquele.

São conhecidos de toda a gente que querer com olhos de ver, os magnificos resultados dessa cruzada santa da civilisação — as missões — que teem levado a luz a muitos milhares de cérebros nessas aldeias distantes dos centros civilisados.

Por muitos defeitos que que tivesse a instituição das Escolas Moveis, deviam ser-lhe relevados pela grandeza dos beneficios que traz ao paiz. Não succedeu, infelizmente, assim. Portuguezes desorientados pela paixão politica uns, pela cegueira de espirito outros, e ainda outros por odio á Republica, teem guerreado encarniçadamente, numa lucta ingloria, a nobilissima instituição. É uma cruzada ingrata que não honra ninguem, por ser sobretudo, além de injusta, anti-patriotica.

Na impossibilidade de criar de momento as escolas fixas necessarias, corno disse, a Republica acudiu de pronto com as Escolas Moveis a remediar o mal que a Monarquia constitucional tinha feito ao paiz durante mais de oitenta anos. Tal qual como um medico ou cirurgião que, em caso de perigo gravissimo

iminente, acode ao doente com os melhores e mais prontos socorros que tem á mão até que possa internal-o no hospital, onde tem todos os meios que a sciencia lhe fornece para salvar o doente duma morte certa.

III

O professor

Quem nunca desempenhou uma missão das Escolas Moveis, não póde fazer uma idéia exacta das dificuldades e contingencias a que está sujeito um professor dessas escolas.

Se tem familia, – e é êsse o maior numero – a primeira dificuldade que se lhe depara é a exiguidade do seu vencimento – trinta escudos mensaes – que tem de dividir equitativamente por si e pela familia, á qual não póde deixar, em boa justiça, menos de dois terços.

Em face do exposto, salta á vista a absoluta impossibilidade de fazer peculio para o futuro. E até ha pouco essa impossibilidade era maior ain-

da, visto que havia o absurdo princípio de lhe não pagarem os dois meses de férias!

Bem sei que me podem responder que em todo o caso, geralmente, os professores são mais ou menos presenteados. Quando o são, acrescentarei eu. Nem sempre êsse facto se dá; e mesmo quando isso acontece, não póde ser levado em linha de conta, porque é sempre um princípio pouco decente e pouco moral fazer depender o professor dos presentes que porventura lhe possam dar. Foi talvez por ter muito em conta êste mau princípio, que a monarquia pagava mal aos seus professores da província. A Republica, para ser coerente com os seus princípios de moralidade e decoro, deve emendar a mão, porque ainda a não emendou. O professor, para se desempenhar bem da sua missão, deve manter-se numa situa-

ção de independencia digna, sem soberbia nem
baixeza.

Mas, voltemos ao ponto principal.

O professor das Escolas Moveis, ao sair de sua casa, vae logo topar com dificuldades de toda a ordem. O governo não lhe faz nenhum adiantamento. Tem, pois, de arranjar recursos para mais dum mês. Na aldeia, nem sempre póde alcançar facil acomodação; tem de sujeitar-se ao que se lhe puder arranjar. Com a alimentação, ou tem de fazer de cosinheiro de si proprio, ou ha de acomodar-se aos costumes da localidade, por mais irrationaes que êles sejam. Depois, vem a dificuldade do tratamento da roupa etc., porque, emfim, leitor amigo, forçoso é que to diga – em muitas terras do nosso paíz, o engomado é luxo que ninguem se permite. Sabe-se que ha disso, por ouvir falar. Se adocece, não tem quem o trate.

Ou tem que regressar ao seio da família, ou dar ingresso num hospital. Em ambos os casos perde o vencimento.

Quando enceta a missão, o professor tem de matricular tudo quanto lhe apareça em idade escolar, porque a lei não lhe põe mais limite do que a capacidade da casa em que der aula. A casa é muitas vezes um pardieiro que não possui uma única das condições higiénicas exigidas para uma escola.

Nesta altura vem muito a propósito a seguinte significativa descrição que se me deparou numa folha da província, a *Voz da Beira*, jornal que se publica na Sertã:

Escolas moveis

De passagem pela Seada, entrei, ha dias, na casa da escola que ali funciona. A sala destinada ao ensino, de dimensões acanhadissimas, tem como mobiliario apenas duas carteiras, mais toscas do que é possível imaginal-as, alguns bancos do mesmo jaez, um quadro cujo tripé, feito por um aluno e aplainado com um vidro, não destôa dos outros moveis; uma ou duas cadeiras, e uma mesa de pinho que um benemerito houve por bem oferecer!...

Como utensilios, vêem-se ali dois ou três tinteiros e uma regua mandada fazer pela professora a um carpinteiro do sítio que exigiu, como recompensa do seu trabalho, que ela servisse para dar meia duzia de palmatoadas a cada um dos seus dois filhos que frequentam a escola!... E é no meio desta pobreza franciscana que mais de quarenta alunos se aninham, de dia e de noite, dando a impressão de uma colmeia, onde a *abelha mestra* tudo dirige, obrando verdadeiros milagres!

Confesso que fiquei assombrado ao vêr as provas ortograficas da maioria dos alunos! Que de esforço, de te-

nacidade, de abnegação e patriotismo não são necessários para, no incompleto período de nove mezes, se conseguir arrancar ás caliginosas trevas da ignorancia tantas creanças!

Como é consolador vêr essa cruzada bemdita – inimiga figadal do analfabetismo – sacrificando tudo levar aos mais reconditos cantinhos dêste Portugal – que todos devemos procurar engrandecer – os primeiros arreboes da instrucção!...

Pena é que a iniciativa particular as não auxilie como era mister, para que elas se multiplicassem, convertendo-se assim em facho luminoso d’onde irradiasse a luz bemdita do progresso!...

Daqui enviamos á illustre professora os nossos parabens, tão humildes como sinceros, pela obra verdadeiramente altruista que ali está realizando, fazendo votos porque os seus sacrificios sejam sempre coroados de exito. – *J. V.*

Vê-se que o sr. *J. V.* não é um literato, mas uma creatura que soube ver, e transmitiu as suas

impressões com toda aquela ingenuidade. Tem por isso mesmo mais valor. Não podia ser nem mais simples, nem mais significativo, nem mais eloquentemente e sugestivamente realista.

Mas continuemos.

Uma vez começado o exercício escolar, cada um quer ser servido com a urgencia que lhe impõem as suas necessidades de serviço quotidiano. Aqui, o professor ou tem de servir-se de habilísimos expedientes, ou a breve trecho tem a escola reduzida a meia duzia de alunos.

A lecionação é um campo esteirado de abro-lhos. O professor esbarra com criaturas que não sabem falar, não sabem sequer sentar-se a uma mesa, não sabem pegar numa caneta, etc. Primeiro, pois, que ponha uma aula em regular funcionamento, tem cançado o espirito e o físico.

No tocante á propaganda, ela tem de ser feita com o maximo cuidado, com verdadeira habilitade jesuitica, sem o que, o fracasso é infalivel.

Professor que vá para lá pôr-se em bicos de pés, a fazer propaganda por meio de discursos, está arranjado.

Se não souber aproveitar as oportunidades, fazendo a propaganda mansa, subtil, a proposito da leitura, a proposito do livro que o Estado forneceu, a propsito de botas e a proposito de coisa nenhuma, mas sempre com arte, sempre com cautela, errou por completo o intento.

Outra dificuldade grave é a da crença religiosa.

Se o professor transige e vae á missa, á oração, aos sermões, á confissão, etc., falseia a missão que o Estado lhe incumbiu, porque não foi para isso que o mandou. Neste caso está irreme-

diavelmente perdido. Não póde, com justiça, ser mais professor das Escolas Moveis. E' logico e coerente.

Se não transige e se se mantêm dentro na esfera que o Estado lhe traçou, é imediatamente olhado por toda a população.

E o menos que lhe podem chamar é ateu, pe-dreiro livre, o diabo a quatro. E se, em certos casos, regressa com as costelas íntegras ao seio da familia, póde gabar-se de que é um habil diplomata. E' caso de dizer que se escapa de Sila vae esbarrar em Caribides.

A irregularidade de frequencia é tambem um óbice tremendo, sobre o qual não preciso deter-me, porque bem lhe medem o alcance até os não profissionaes.

Finalmente, a conduta do professor tem de ser muito cautelosa, sob todos os pontos de vista,

se não quer ser, em breve, homem moralmente liquidado. Tem que saber defender-se com extrema habilidade da rede da intriginha da aldeia; não póde frequentar a taberna porque, de contrario, desautorisa-se inteiramente.

A vida na aldeia é estúpida e monótona. Resta ao professor somente isto: o livro para se instruir e o passeio aos arredores se a terra é bonita. Mais nada.

Ora todas estas coisas ignoram ou fingem ignorar os adversarios das Escolas Moveis e consequentemente dos seus professores.

Resta-me falar agora do inspector.

IV

O inspector

Um dos pontos principaes que os inimigos declarados das Escolas Moveis visam, é o seu inspector.

Julgam-no uns figura perfeitamente dispensavel, visto, segundo a sua hermeneutica, que os outros inspectores podiam substituil-o sem mais encargo para o Estado.

Julgam-no outros demasiado bem pago.

Não sei se lhe queriam dar alguns quarenta ou cinquenta escudos mensaes e obrigal-o ainda por cima a pagar as despezas que tem a fazer com as inspecções.

Havemos de concordar que isto é o que se chama argumentar de boa-fé.

Quer um quer outro argumento não tem absolutamente valor nenhum, ou se algum tem é o de iludir os tolos, os ignorantes e os ingenos.

Vamos por partes, fazendo de conta que tomamos a serio taes argumentadores.

O lugar de inspector das Escolas Moveis não póde tal ser desempenhado pelos outros inspectores, porque os obrigaria a muito maior soma de serviços, com prejuizo da inspecção das escolas fixas, que em muitos pontos do paiz Deus sabe como é feito. Além disso, êsses funcionarios, desconhedores da estrutura intima das Escolas Moveis e da maneira especial do seu funcionamento, seriam obrigados a um estudo que, ou não fariam, ou se o fizessem, seria de má-vontade e nunca tão perfeito como aquele que faz o sr. João

Bernardo Gomes, que é profissional, ou qualquer outro que venha a ocupar conscienciosamente o seu lugar. Imagine-se agora como essas inspecções seriam feitas: as exigencias, as impertinencias que daqui resultariam.

Os professores não diplomados, embora carregados de serviços durante largos anos á instrução, que valem pela sua pratica tanto ou mais que um diplomado sem experiencia, seriam os filhos espurios: as menores faltas tomariam as proporções assustadoras de Himalais de incompetencia. Acresce a tudo isto a preocupação do inspector em querer ver nas escolas moveis os mesmos processos das escolas fixas, o que não é absolutamente a mesma coisa, nem póde ser.

Calcule-se ainda o que sucederia aos professores declaradamente republicanos, fiscalizados por inspectores – como por exemplo os srs. An-

tonio Figueirinhas ou o sr. Fernando Palyart – declaradamente inimigos, das instituições e das Escolas Moveis?

Dentro em pouco êsses professores seriam criaturas positivamente liquidadas e arrasadas. Nem Deus lhes valia.

Ora isto não podia ser. Já é demais que velhos republicanos de ha vinte e de ha trinta anos andem aí a morrer de fome, enquanto os lugares publicos estão pejados de inimigos confessos das instituições. E' assás frisante o caso do velho republicano e tenaz propagandista, Paulo da Fonseca, ter morrido á fome, em plena Republica, depois de ter sido escorraçado da Imprensa Nacional, ha mais de 20 anos, por ser republicano. Creio que ninguem terá o arrojo de vir contestar esta afirmação, porque se o fizer eu lhe responderei á letra.

Vamos agora ao segundo caso – o de julgarem o sr. João Bernardo Gomes demasiado bem pago.

Quem assim argumenta, ou desconhece os complexos trabalhos da secretaria das Escolas Moveis e as fadigas pesadas e despezas a que obriga a inspecção de centos dessas escolas, ou anda de má-fé. Em qualquer dos casos não póde ser tomado a sério. Para a primeira hipotese ha um remedio – quem não sabe, informa-se, para poder falar depois com autoridade.

Para a segunda hipotese, ha um argumento de grande peso, que Victor Hugo atribue ao tenente Cambrone, ao findar a batalha de Waterloo, numa pagina soberba, imortal dos *Miseraveis*.

Só quem entra dias consecutivos na secretaria das Escolas Moveis, e vê com olhos de ver o serviço exgotante do inspector e do respectivo se-

cretario, é que póde avaliar a enorme fadiga daqueles dois funcionarios, especialmente do primeiro. Nas vésperas da partida dos professores para as suas missões, o serviço de expediente então é extraordinariamente fatigante. Não ha, por assim dizer, mãos a medir.

Mas não pára aqui.

Uma vez instalados os professores nas localidades para onde foram destinados, uma nova tarefa começa – o serviço de correspondencia, precisa para o bom desempenho das missões. É primeiro o serviço propriamente indispensavel; seguem-se depois as consultas, informações e documentos de toda a ordem que exige uma repartição daquela categoria.

Pouco depois de estarem a funcionar regularmente as missões, principia a tarefa das inspecções em plano rigor do inverno.

E quer queira, quer não queira, o inspector tem de fazel-o.

O leitor não imagina quantas dificuldades tem de vencer êste funcionario para ir às mais remotas aldeias do Minho, de Traz-os-Montes, das duas Beiras, da Extremadura, do Alemtejo e do Algarve.

Ha terras para as quaes não ha meios de transporte, senão *calcante pede*. Para umas será muito feliz se puder arranjar cavalgadura; para outras tem de contentar-se com uma carriola qualquer, e às vezes até tem de ir num carro de bois, e em boa hora se o consegue alcançar.

Seria fastidioso deter-me agora na descrição sobre a falta de acomodações que se deparam ao inspector, na visita a terras muito distantes das vilas e das cidades. Todos nós, os que algumas

vezes temos viajado no nosso continente, sabemos de sobra o que isso é.

Se o sr. Bernardo Gomes se dêsse um dia ao trabalho de descrever alguns dos principaes episodios que lhe teem sucedido nos serviços de inspecção, sob os dois pontos de vista que acabo de tocar de leve, dava-nos, decerto, um livro muito curioso e interessante.

E se, para completar esta obra, houvesse um ministro da instrução que tivesse a coragem de mandar fazer, pelos relatorios dos professores, uma resenha das principaes dificuldades com que êles teem topado nas suas missões, ter-se-iam dois belos volumes da mais alta utilidade. Quando mais não fôsse, tinham a grande vantagem de servir de rodilhas para meter pela boca abaixo a todos os detractores das Escolas Moveis, como

dizem que se faz às víboras, para largarem a peçonha.

Não fecharei êste capítulo sem dizer mais algumas palavras indispensaveis. Ficaria incompleto, sob o ponto de vista moral, sem elas, e eu proprio não ficaria inteiramente de bem com a minha consciencia de professor e de escritor, se as não dissesse.

Pessoalmente, o sr. J. Bernardo Gomes tem o que quer que seja de aspecto severo, que talvez à primeira vista não caia bem; tratado, porém, de perto, pareceu-me excelente criatura e muito perspicaz. Vê seguro e de pronto.

No exercício das suas funções, a severa correcção do funcionario não exclue um certo fundo de bondade paternal e tolerante para com os professores, que trabalham sob a sua direcção.

É inteiramente desprendido de tolas preocupações de mando e autoridade. Tem, emfim, a superioridade dum espirito culto, educado, afavel e bondoso.

Dahi lhe teem provindo as geraes simpatias de quem gosa entre êsses seus subordinados.

Consequentemente, pelo que fica exposto, a individualidade do sr. Bernardo Gomes foi bem escolhida para o alto cargo que desempenha, acrescentando ainda que é um verdadeiro republicano e patriota, condição *sine qua non* para funcionario de tão graves responsabilidades, e uma excelente qualidade para alvo da crítica dos adversarios do regimen.

Posso dessentir de sua excelencia, em determinados casos, na maneira como dirige o funcionamento das missões. São modos de ver que obedecem a pontos de vista puramente subjecti-

vos. Mas isso, de fórma nenhuma implica uma questão de incompetencia.

Não devo ao sr. Bernardo Gomes nenhuma deferencia especial que me levassem a tecer-lhe elogios, nem desprimores que me impelissent a criticá-lo com severidade.

Tratou-me como a todos os mais professores, com lealdade e correção. Não fez mais do que o seu dever; não merece por isso elogios. Pela minha parte, desempenhei-me como soube e como pude da minha árdua missão. Igualmente não pretendo nem mereço por isso elogios.

No que ahi fica escrito sobre a entidade inspector, está, pois, expresso leal e imparcialmente o que penso.

Como é meu costume, procurei ser imparcial. Posso errar, é erro, com effeito, muitas vezes; mas procuro sempre ser justo e correcto.

Explicações precisas

Disse no capítulo antecedente que podia sentir do modo como são feitos determinados serviços das missões. Vou dar a razão da minha afirmativa.

Em meu entender, as matrículas nas escolas das missões não deveriam ser feitas como geralmente se fazem, isto é, aceitando todos quantos se apresentam á matrícula.

Em primeiro lugar, o que se deveria fazer era determinar um limite para cada curso – diurno e nocturno.

A quantidade não deve exceder a trinta alunos para o curso diurno e trinta para o curso noc-

turno. E cada um dêles deve ser dividido ainda em duas turmas: os que sabem alguma coisa, constituiriam uma turma ou classe adiantada, e os inteiramente analfabetos outra.

Estas quantidades são mais que suficientes para darem bem que fazer a um professor que saiba e queira trabalhar.

Poderão objectar-me que em tal caso só uma parte da população aproveitava e outra era injustamente excluída. De maneira nenhuma. Justo era que todos aproveitassem.

Simplesmente as missões não seriam de dois anos, como agora, mas de três e até de quatro, se as exigencias do ensino a tanto forçassem, mantendo-se, é claro, o justo principio, hoje em pratica, de reconduzir o professor, sempre que agradasse á população e êle quizesse a recondução.

Outro ponto em que estou em desacordo no modo do funcionamento particular das Escolas Moveis, é na mistura dos sexos, no curso nocturno, que é só para adultos.

Tambem eu era dessa opinião; mas a pratica mostrou-me que isso é um erro grave, principalmente num povo que não tem educação, tenha, muito embora, boa indole.

Os homens – os novos, bem entendido – mostram-se incompetentes de estar ao pé das mulheres, e estas, que são filhas de Eva, mostram-se igualmente incompetentes de estar ao pé dos homens. O curso nocturno é para uns e outras o lugar de *rendez-vous*, ou como melhor direi em bom portuguez, um optimo pretexto para o namoro, sem vergonha do mundo.

O professor precisa ter os cem olhos de Argus para evitar certas coisas, e ha de ser muito

habil para prevenir peripécias que não posso dizer aqui. Exemplicou-mo bem expressivamente a missão da Bidoeira.

Eu, já o disse, concordava com a mistura dos sexos, *para se habituarem a viver como gente*, como me dizia o sr. Bernardo Gomes; mas a pratica elaquentemente me desfez a ilusão.

Nas terras civilisadas, em collegios particulares, póde dar-se a mistura dos sexos sem inconveniente, porque ahi as condições são outras muito diversas e bem faceis de perceber, para que me detenha em frisal-as. Nos cursos nocturnos publicos, não.

Como remediar o mal? dir-me-ha o leitor.

Muito facilmente, responderei eu. E' dar hora e meia ou duas horas para uma turma de mulheres, e igual periodo para os homens, funcionan-

do, portanto, cada turma separadamente, a horas diversas.

Pódem objectar-me os pretensos defensores do professorado que isso fórça o professor a trabalhar mais uma hora de noite.

Se tomasse o argumento a sério, podia responder que êle já trabalha tanto, que não é mais uma hora ou menos uma hora que o levaria a reclamar.

O meu terceiro ponto de divergencia é o seguinte.

O professor das Escolas Moveis parte para a missão sem um regulamento que o habilite, clara e positivamente, a orientar-se nas linhas geraes e particulares. Pois devia havel-o, porque constitue uma necessidade imperiosa e – sem exagero – inadiavel.

Julgo desnecessario dizer porquê, tão evidente se mostra a sua necessidade. E para assentar as bases essenciaes dêsse regulamento, bastava, com certeza, folhear os melhores relatorios de alguns professores.

Das necessidades por êles apontadas se faria obra segura.

Direi, por ultimo, que o livro de leitura para as Escolas Moveis deveria ser diferente dos outros livros de leitura geralmente adoptados nas outras escolas.

Os que para ahi existem estão bem longe de satisfazer o fim a que são destinados, quer sob o ponto de vista didatico, quer sob o ponto de vista logico e filosofico. Esta é a verdade, dôa ela a quem doer. Mas ainda que satisfizessem, não serviam tão bem o intento. O livro de leitura para as Escolas Moveis, pela natureza mesma da po-

pulação a que é destinado, deve atender ás necessidades da gente do campo em geral. Assim, deveria conter trechos de ensinamento sobre coisas mais essenciaes de agricultura, porque o nosso camponez – posto que isto pareça absurdo – está ainda muito atrazado. Deveria conter trechos sobre higiene pessoal e caseira, etc. Trechos sobre cosinha, economia domestica, moral, instrução civica, etc. E êstes trechos ou capitulos não deveriam ser arrançados ou escolhidos á tôa: deveriam ser escrupulosamente selecionados e metódica e pedagogicamente coordenados, obedecendo a um plano perfeitamente científico e pedagógico, feito, emfim, com escrupuloso cuidado. O numero de paginas escusava de ir além de 200 a 250 e o seu custo não deveria exceder 30 centavos.

Poderá parecer que custa muito fazer isto, mas não custa. É questão de boa vontade.

E deixar falar os criticos de galeria, que para castigo deveriam ser forçados a fazer meia duzia de missões, ganhando os mesmo 30 escudos que os outros ganham, mas perguntando-se-lhes, no fim, pelos belos resultados que apresentavam.

Haviam de ser frescos.

VI

Os detractores das Escolas Moveis

Tendo mostrado o que são as Escolas Moveis, qual o seu papel na sociedade portugueza, no actual momento historico; os seus professores e o seu inspector, é de toda a justiça que me ocupe agora dos seus detractores e dos seus defensores.

Escrevi muito de proposito *detractores* e não *criticos*, porque entre um e outro termo ha fundamental diferença de significação. A critica é a filosofia aplicada á análise.

Ora nos escritos dos detractores das Escolas Moveis não ha filosofia; e o que se podia chamar

análise é propriamente objurgatoria; serena e calculada, sem duvida, mas objurgatoria, em todo o caso. A humanidade é assim.

A cegueira da paixão politica leva os homens, mesmo os mais doutos, a escreverem e a dizerem verdadeiras barbaridades que fazem sorrir, quando não irritam ou indignam, os que os lêem ou os ouvem. Já sensatamente o ponderou algures, não me recordo onde, Herbert Spencer, o grande pensador inglez.

É o que succede aos inimigos jurados do actual regimen.

Desvairados ou obcecados pela cegueira da paixão politica, não hesitam em atacar a Republica, seja no que fôr, até nos pontos mais sagrados. Perdem assim optimas ocasiões de estar calados. Descobrem, sem dar por isso, o jogo e o fundo malevolo das suas intenções. Foi o que

sucedeu agora com a vergonhosa campanha das Escolas Moveis, uma das mais belas obras do regimen. De modo que essa campanha, longe de ferir a Republica, feriu-os a êles de recochete.

Se queriam atingir os diferentes governos da Republica, a partir mesmo do Governo Provisorio, tinham muito por onde pegar-lhes, porque, emfim, os homens hão de ser sempre os mesmos: maus, fundamentalmente maus.

«As constituições politicas e os sistemas sociaes – diz o grande filosofo Spencer – fazem sorrir os que lhes observaram os resultados, ou de qualquer outro modo lhes estudaram a eficacia.

Os homens que promoveram a Revolução Franceza e tomaram o principal papel no estabelecimento da nova fórma de governo, estavam

muito longe de pensar que um dos primeiros actos do novo regimen seria decapital-os.»

Exactamente o mesmo que por cá tem acontecido, com a diferença, apenas, de que, em vez da guilhotina de aço, houve a guilhotina da fome, mil vezes peor que a outra. Assim, um dos primeiros actos dos governos da Republica tem sido – à parte algumas excepções honrosas – pôr de lado os elementos que, durante dezenas de anos, se sacrificaram honrada, desinteressada e nobremente pela implantação do seu ideal politico, para afinal darem lugar a quantos insignificantes e adventicios apareceram, alguns até sem possuírem aquela elementar instrucção e educação, *que habilita qualquer homem a entrar na coisa publica*, segundo a característica e significativa expressão do meu ilustre amigo sr. dr. Teofilo Braga.

Ora os adversarios das Escolas Moveis – que tanto vale dizer do regimen – podiam muito bem começar por perguntar a êsses governos, por exemplo, o que é que fizeram em beneficio da prestimosa classe dos professores primarios do ensino livre, que tão desinteressada e nobremente serviram o ideal republicano nos seus Centros e escolas, no tempo da Monarquia, e que andam por ahi hoje sem eira nem beira, sem futuro e quasi a morrer de fome.

Deveria ser interessante observar os embarços e as colicas em que se veriam os defensores dêsses governos, para responderem a semelhante interrogação.

Perguntassem, por exemplo, como é que recompensaram os seus velhos correligionarios que arrostaram, nos tempos escabrosos da propaganda, com óbices de toda a ordem, com as malque-

renças, com os odios e com perseguições, como sucedeu ao autor dêste livro; que se sacrificaram, emfim, ha mais de 30 anos, pela implantação da Republica? Essas criaturas andam por ahi sem colocação, luctando com as maiores e mais graves dificuldades, ao par e passo que os inimigos confessos e impenitentes das instituições, se pavoneiam orgulhosos e desdenhosos nos melhores lugares da Republica, sorrindo ironicamente do vèxame inflingido aos seus adversarios politicos de ontem.

Deveriam ser curiosos e interessantes os esforços prodigiosos de logica torcida e os argumentos com que respondessem – se respondessem – os defensores dêsses governos.

Perguntassem-lhes, por exemplo, porque deixaram morrer na miseria um dos maiores legionarios – apesar da sua aparente humildade – da

Santa Cruzada da Republica, o meu velho amigo e companheiro, Paulo da Fonseca, fechando-lhe acintosa e ingratamente as portas da Imprensa Nacional, e ainda por cima com e labéo infamante de *mandrião*, para dourar a infamia, apenas pelo grave crime de ter sido toda a sua vida republicano coerente e consequente, a gastar o seu tempo em fundar centros republicanos, a organizar sessões solenes e festas democraticas, em vez de se agarrar ao componedor, e fazer os seus cumprimentos á sociedade.

Chorassem, então, sobre a triste sorte das victimas, embora no intimo rejubilassem de satisfação. Eram lagrimas de crocodilo, bem sei; mas eram, em todo o caso, lagrimas.

Por este caminho, porêm, não enveredaram êles nem enveredarão jamais. Dessa os livro eu. Preferiram outro caminho, que lhes pareceu mais

suave e mais logico. Pois não é, ainda que o pareça. Foram atacar as Escolas Moveis, uma das mais nobres e eficazes obras da Republica.

Meteram por mau caminho. Outra vez direi – feriram-se de recochete.

Em vez da ingloria tarefa de atacar essas escolas, podiam empregar melhor o seu tempo em apreciar diversas figuras que emigraram da imensa e interessante galeria de Paulo de Kok para se meterem no Parlamento, como, por exemplo, o Carlos Calixto. Isto sim, isto é que dava margem a uma critica profunda e mordaz.

Meu Deus! O Carlos Calixto feito deputado, feito legislador! O Carlos Calixto feito senador. Por um triz que o não vejo ministro. Se não morre... E o orbe não estremeceu, não suspendeu, sequer, por um instante, a sua marcha através a orbita que descreve nos espaços!

E não desabou, nesse dia, um pedaço de céu velho!

E os manes de José Estêvão, de Garrett e de Rebelo da Silva não deram, sequer, sinal de existência!

E o sr. Brito Camacho não còrou.

Pudéra! Pois se foi êle o autor do milagre!

Que interessantes paginas não poderiam ter escrito os senhores Figueirinhas e Palyart, occupando-se da figura primacial do nobre e grande Calixto e doutros colegas deste vulto no Parlamento! Isso sim, isso é que era um tema soberbo. Porque, enfim, Calixto era uma das mais lídimas glorias nacionaes a quem espera, decerto, qualquer dia, uma estatua na praça publica.

Como literato, Calixto foi qualquer coisa de superior a Eça de Queiroz, a Pinheiro Chagas, a Marcelino de Mesquita, a Julio Dantas e a tantas

outras individualidades de destaque do nosso meio literario, para não falar de estranhos.

Como jornalista, Scotto subtilissimo da polemica, deixou a perder de vista homens da envergadura de Sampaio, de Teixeira de Vasconcelos, e mais modernamente de Emidio Navarro, Mariano e outros.

Como orador, então, é que a sua alta individualidade assumia proporções verdadeiramente colossaes.

Uma vezes tinha os reptos, as rajadas oratorias de José Estêvão, o maior orador do mundo depois da Revolução Franceza; outras, o encanto suavissimo de Antonio Candido, outros ainda a fascinação artistica de João Arroio.

Ainda agora me recordo com saudade de duas brilhantissimas conferencias por êle realizadas

no antigo Club José Estêvão Coelho de Magalhães, na rua dos Cardaes de Jesus, ahi por 1885.

Do tema da primeira não me lembro bem, porque tratou uma curiosa série de generalidades. Uma delas versava, evidentemente, sobre pevides, porque o illustre orador pouco mais fez do que tirar pevides da algibeira do casaco e trincalhas, enquanto esfusiava sobre o auditorio metáforas e ironias, sinédoques e metonímias. Tratava-se, pelo que pude perceber, de nada menos do que da influencia ou eficacia da pevide sobre a oratoria. E como êle fez a demonstração pratica, comendo sempre pevides durante a conferencia, que foi longa e brilhante! A cada pevide, saía uma enfiada de tropos fulgurantes e conceituosos.

E tão eloquentemente foi feita a demonstração da eficacia da pevide na oratoria, que o espi-

rito endiabrado do talentoso e ilustre jornalista Andrade Neves e Alfredo Cabral, então um moço tipografo cheio de espirito, no final da conferencia, no gabinete da Direcção do Club, abraçando comovidos o grande orador, lhe disseram: Tu, Calixto, ficas sendo, para todo o sempre, para a posteridade, *o orador das pevides*.

Fôra o caso que o orador, ao fechar a conferencia, esquecido dos dez réis de pevides que comprara e retinha na algibeira do casaco, puxara, no ultimo arranco oratorio, pelo lenço para limpar as camarinhas de suor que lhe banhavam a testa e o rosto.

Então, uma nuvem de pevides voou sobre a mesa, o estrado, o soalho!

Foi um successo colossal, unico!

Estão os leitores a ver a cara com que retiraram os ouvintes do excelso conferente.

Doutra ocasião foi quando êle fez a segunda conferencia, no mesmo *Club*, contra o clericalismo.

Estava a sala, como da outra vez, repleta de damas e cavalheiros. Na assistencia tive ocasião de me oncontrar com velhos republicanos amigos como Augusto Vieira, Antonio Guedes, Augusto de Figueiredo, Paulo da Fonseca, Andrade Neves, Carlos Ferreira, Alfredo Cabral, etc. Uns mortos, outros vivos; estes podem atestar a verdade do que afirmo.

Começou a conferencia. A tese era o anticlericalismo.

A alturas tantas da conferencia, num daquêles momentos em que as sublimes rajadas oratorias passavam como sopros violentos do vento norte ou do *simum* do deserto, Calixto sae-se com esta tirada de retorica, imitando, eviden-

temente, a célebre passagem dum não menos célebre discurso de Leão Gambeta – «o clericalismo, eis o inimigo» – Calixto exclama rubro, esbofante – *a clericalhada, minhas senhoras, eis o inimigo!*

Mas a língua do orador, armando-lhe uma cilda machiavelica, entaramela-se-lhe. Diabolicamente troca e suprime letras dentro daquela palavra; o orador, arreliado, três vezes insiste em corrigir a dição; a língua, traiçoeira e perfida, sincópa, suprime duas letras produzindo um vocabulo estranho, singularissimo, inesperado!

Foi um verdadeiro sucesso!...

As damas, rubras de... emoção, saem quasi de tropel, velando os rostos com os leques, pasmadas da eloquencia e da solercia do orador que é quasi levado em braços para o gabinete da Direcção.

No entanto, quem o diria!

Este homem vem mais tarde a ser na Republica tudo quanto quiz – até deputado, até senador! Se não morre... chegava a ministro!

Depois disto ninguem mais tem o direito de falar do *Solar dos Barrigas*.

Ora, assuntos como êste é que nós, os republicanos e patriotas, queriamos vêr tratados pelas penas abalisadas dos senhores Figueirinhas e Palyart, em vez de inglorias campanhas contra as Escolas Moveis, de que mui pouco ou nada percebem, tenham paciencia que lho diga.

Poderão suas excelencias responder-me, com a mão na consciencia de catolicos apostolicos romanos, que dos mortos não se fala.

Parece que é assim, mas não é tal. E se o fôra, então não haveria Historia.

A verdadeira critica dos homens publicos começa, como disse algures um grande jornalista portuguez, precisamente ao abrir das sepulturas. E Calixto, já agora, quer queiram quer não queiram, foi um homem publico, como poderia ter sido qualquer outra coisa: sapateiro, alfaiate ou carpinteiro.

E não julguem que por citar estas classes tenha intuitos de qualquer fórma deprimentes para elas. Não. Os sapateiros, por exemplo, constituem uma mobilissima classe que não passa o tempo a escrever tolices ou a roçar o casaco pelos humbraes das portas da ociosidade.

VI

Uma campanha odienta contra as Escolas Moveis

Sob o titulo acima, publicou a *Capital*, de 30 de Abril passado, um artigo notavel pelos dados curiosos que encerra e que sei serem a pura expressão da verdade.

E' textualmente, como segue, o precioso escrito do ilustre escritor sr. Avelino de Almeida, que pulverisa triunfantemente toda a argumentação balofa do articulista da *Nação*.

«Contra a instituição das Escolas Moveis, com que se teve em mira coadjuvar eficazmente a obra que incumbe ao professorado primario official, está sendo feita uma guerra tanto mais

acintosa e revoltante, quanto é certo os argumentos adotados pelos seus adversarios pertencerem ao numero dos que apenas inspira a cegueira da paixão ou a ausencia de escrn pulos.

«Para que se fundaram as Escolas Moveis? Para alargar e intensificar a extinção do analfabetismo num paiz em que a percentagem dos iletrados, determinando a incuria de uns e a indiferença d'outros, constitue um dos pavorosos indices do atraso e da miseria nacionaes.

«Ha, no emtanto, quem ouse afirmar que as Escolas Moveis foram instituidas apenas para servir amigos politicos sem obrigação de diploma, generosamente remunerados com 30 escudos mensaes e ainda para fazer a propaganda do metodo de João de Deus. Dil-o, a pretexto de defender os interesses do professorado primario official, o sr. Antonio Figueirinhas, que classifica de

«judiciosa observação» o haver afirmado alguém que para as Escolas Moveis só se nomeavam «incompetentes», acrescentando o articulista da *Nação* que «o professor primario tem um diploma, frequentou as escolas normaes, tem portanto responsabilidades, muitas obrigações e poucos direitos» e que «o professor das Escolas Moveis póde sel-o sem saber lê».

«Quizemos averiguar até que ponto era fundamentado e justo o libelo do sr. Antonio Figueirinhas e procurámos obter, na melhor fonte, os indispensaveis esclarecimentos sobre o assumpto.

«Interessava-nos saber, em primeiro lugar, se os professores das Escolas Moveis possuíam habilitações que os auctorisassem a ensinar a lê, escrever e contar ou se, como assegura o sr. Antonio Figuirinhas, não teem competencia para o

desempenho dessa missão, podendo até exercel-a «sem saber lêr»! O sr. Nicolau de Torres, distincto e zeloso secretario da inspecção das Escolas Moveis, elucidou-nos gentilmente a tal respeito. As suas informações são de todo o ponto preciosas e representam um desmentido terminante e formal ao que o sr. Antonio Figueirinhas ousou escrever nas colunas da *Nação*.

«Os professores das Escolas Moveis actualmente em exercicio são 244.

«De que habilitações dispõem os homens que o sr. Antonio Figueirinhas acusa de analfabetos, os professorem sem diploma, os individuos generosamente remunerados com 30 escudos mensaes para, num curto periodo de tempo, ensinarem a lêr, escrever e contar menores e adultos, em cursos diurnos e nocturnos?

«Entre esses 244 professores figuram: Um com o curso de medicina pela escola do Porto; um com o curso superior de letras, segundo grupo; sessenta e cinco com o curso das escolas normaes ; cinco com o curso dos liceus e cadeiras das universidades; quinze com o curso de theologia; cincoenta e cinco legalmente inscritos como professores de ensino livre; três com o setimo ano dos liceus; quinze com o quinto ano dos liceus; tres com o quatro ano dos liceus; cinco com o terceiro ano dos liceus, um com o curso de farmacia, um com o curso de regente agricola, um com o terceiro ano da faculdade de direito; um com o primeiro ano da faculdade de direito; cinco professores inscritos que já regeram interinamente escolas fixas; cincoenta e quatro professores do ensino livre não inscritos com o segundo grau pelo menos e com atestados de conheci-

mentos de varios metodos (João de Deus, Grainha, Luazes, etc.) e até auctores de metodos de ensino; dois com os cursos de comercio e de habilitação para primeiro sargento; um com o segundo ano de escola normal e pratica em escolas fixas.

«Taes as habilitações dos 244 professores sem diploma nem competencia para ensinarem a lêr, escrever e contar...

«Comprehendia-se que se aduzissem numeros para documentar semelhante asserção. O sr. Antonio Figueirinhas abstem-se de os citar, porque os não conhece ou porque, conhecendo-os, sabe que provam o contrario daquilo que assevera.

«Dos 16.172 alumnos que se matricularam e frequentaram regularmente as escolas e cursos

moveis desde 1913, aprenderam a lêr, escrever e contar 8.956.

«Reportando-nos apenas ao ano lectivo de 1914-1915, apurámos, do exame dos mapas estatísticos que a amabilidade do sr. Nicolau de Torres pôz á nossa disposição, terem funcionado 150 escolas e 180 cursos, matriculando-se nas primeiras 10.260 alumnos e nos segundos 8.000. Dêstes, tiveram frequencia regular 4.062 e daqueles 5.918. O numero de alumnos que aproveitaram a frequencia foi de 5.220.

«Os 3.720 alumnos que aproveitaram com a frequencia das escolas moveis descriminam-se dêste modo: 688 femeas e 3.032 varões, sendo 351 do curso de aperfeiçoamento e 3.369 do de analfabetos. Êstes, por sua vez, dividiam-se em 1.501 adultos e 1.868 creanças na idade escolar.

«Os 1.500 alumnos que aproveitaram com a frequencia dos cursos moveis foram 242 femeas e 1.258 varões, pertencendo 327 ao curso de aperfeiçoamento e 1.173 ao de analfabetos. Esses alumnos eram todos adultos.

«Das escolas que funcionaram em 1914-1915 foram directamente pagos pelo Estado 13\$, pela Associação João de Deus 20, e dos cursos foram pagos pelo Estado 160 que funcionaram em escolas fixas e 26 em diversas associações.

«O preço de cada alumno que aproveitou com a frequencia, no citado ano lectivo, foi de 12\$42.

«Escreve o sr. Antonio Figueirinhas no seu deploravel e mesquinho libello da *Nação*: «Aqui não se destacam proposições que não se provem». Mas onde as provas que destruam a eloquente lição dos numeros que apontamos?

«O sr. Antonio Figueirinhas, com mal disfarçado prazer, diz que «o professor primario recebeu as Escolas Moveis com sete pedras na mão» e alega como causa dessa má vontade o ganhar o professor primario 49 centavos por dia e o das Escolas Moveis um escudo.

«Os factos não são precisamente como os refere o sr. Antonio de Figueirinhas. A animosidade dos professores das escolas fixas contra os das Escolas Moveis – se ela existe – baseia-se em outros motivos. Os professores das Escolas Moveis, ao que nos informam pessoas auctorizadas, não ganham um escudo diario, mas 300 escudos por ano, sem subsidio de residencia ou renda de casa, e tendo obrigação de reger dois cursos, um diurno, de quatro horas, para creanças, outro nocturno, de três horas, para adultos. Não nos consta que tenham aposentação ou reforma, comquanto

a merecessem, em determinadas condições. Quanto aos professores das escolas fixas, os seus vencimentos são superiores, nomeadamente em Lisboa e Porto para os das três classes, e nas outras cidades e concelhos para os de primeira classe.

«Com effeito, em Lisboa e Porto, os professores de 1.^a, 2.^a e 3.^a classes ganham, respectivamente, escudos 505\$00; 445\$00 e 385\$00; nas outras cidades 380\$00; 320\$00 e 260\$00; nos concelhos de 2.^a, 3.^a e 4.^a classes, 330\$00, 270\$00 e 210\$00 e em outras terras, 325\$00, 265\$00 e 205\$00. Os professores regentes das escolas centraes tem mais 60\$00. Os professores que regem cursos nocturnos, ficando por isso com trabalho igual aos dos professores das Escolas Moveis, recebem mais 12\$00 mensaes; quer dizer, um professor da escola movel em Lisboa e

Porto ganha 25\$00 mensaes; e um professor da escola fixa, regendo curso nocturno nas mesmas cidades, póde até ganhar, mensalmente, mais de 64\$00.

«No artigo do sr. Antonio Figueirinhas, que estamos dissecando, e em que, dir-se-hia elle atacar d'um modo tão pouco feliz as Escolas Moveis só porque são uma obra republicana, allude-se ainda ao inspector das mesmas escolas para o deprimir, attribuindo-lhe honorarios de «perto de dois contos» – um tubarão! – e falta de meritos por ser um professor primario «que não tinha outro titulo de recommendação valorisadora, além de estar inscripto em qualquer centro democratico».

«Antes de mais nada, compre-nos declarar que não conhecemos, que nunca vimos sequer, o sr. João Bernardo Gomes, inspector das Escolas

Moveis. Verificada a pouca exactidão d'outras asserções tendenciosas do sr. Antonio Figueirinhas, logicamente se concluiu tambem não serem exactas as que visavam o sr. João Bernardo Gomes. A'cerca dos seus vencimentos, viemos a averiguar que são identicos aos dos inspectores das cícumscricções, ou sejam cem escudos mensaes, sujeitos a descontos, quer dizer 78\$25 liquidos. Sobre os seus merecimentos, apurámos que foi um dos alumnos da Escola Normal do Porto que melhores classificações obtiveram e que, como professor, entre outros serviços relevantes, tem no seu activo a transformação da escola fixa de Extremoz, uma das principaes do paiz, por elle dotada de cantina e de caixa escolar, a primeira de Portugal, se não estamos em erro...

«Custa a crêr que o sr. Antonio Figueirinhas, argumentando contra as Escolas Moveis, pela fôrma que fica exemplificada, fôsse apenas impellido por um intenso amor á causa da instrução popular e por um nobre sentimento de dedicação á classe benemerita do professorado primario. Aos titulos que porventura o tornem crédor do reconhecimento d'essa classe, não póde, com justiça, juntar o do ataque violento e infundamentado que dirige a esses obscuros e prestantissimos obreiros que são os professores das Escolas Moveis. Em semelhante attitude pesa, sem duvida, a sua animadversão pelo regimen. E não haverá ainda outras razões que a expliquem, embora desprovidas de fundamento acceitavel? (*) Não

(*) Não me resta duvida de que ha. Explicarei isso a seu tempo, quando tiver colhido todos os dados precisos. —
A.D.

curamos, n'este instante, de o descobrir. Basta que tenhamos pulverizado, como suppômos, o lamentavel artigo da *Nação* sobre as Escolas Moveis, que, se ainda não attingiram proporções de maravilha, estão longe de ser a «vergonha» de que fala, tão indignadamente, o sr. Antonio Figueirinhas.

AVELINO DE ALMEIDA»

O interessante trabalho do sr. Avelino de Almeida é, sob todos os pontos de vista, uma obra que merece registo, e que por si só bastaria a fazer calar um adversario leal, porque de facto pulverizou toda a argumentação insidiosa do sr. Antonio Figueirinhas.

Não tirou o illustre escritor, sr. Avelino de Almeida, todas as ilações a que lhe dava direito a

carga cerrada de factos e dados que constituem o essencial do seu belo artigo. Se o quizesse fazer, não lhe faltavam o talento e a competencia. Foi pena, porque as deduções e a critica que muito bem podia fazer de todos aqueles dados irrefutaveis, eram materia bastante para um artigo como o sabe fazer o distinto escritor.

VIII

Continúa a campanha

O artigo fulminante do sr. Avelino de Almeida parece que devia reduzir ao silencio os detractores das Escolas Moveis, se fôsem sinceros os intuitos que ditavam os seus escritos. Ao adversario leal não desdoura confessar-se vencido. quando a verdade dos factos ressalta. E' principio de boa moral. Já o famoso padre Vieira dizia que, confessar que se errou, é ter dois erros a menos.

Pois os inimigos das Escolas Moveis são impenitentes; não são criaturas para se darem assim por vencidas.

Por vaidade? Por toleima? Por orgulho mal entendido? Talvez por tudo isso, mas principal-

mente e acima de tudo, por odio á Republica que êles não podem tragar, e por isso nos ataques que a êste regimen dirigem se servem, ás vezes, de argumentos que fariam sorrir, se não irritassem devéras os nervos, pelo seu capciosismo.

Estão saudosos dos aureos tempos do regimen da bancarrota e dos adiantamentos. Convinha-lhes – e lá sabem porquê – aquele regimen que Mariano de Carvalho tão bem simbolisou na famosa *capa de ladrões*, do qual Dias Ferreira disse, com todo o peso da sua autoridade, depois de ter passado pelo poder como presidente de governo, *que o paiz tinha sido governado por verdadeiras quadrilhas de ladrões*, e que finalmente o grande jornalista Emidio Navarro define violenta, mas eloquentemente, naquela tipica apostrofe: *arre, malandros!*

Como vêm os leitores, essas frases, que constituem verdadeiras sínteses luminosas, que espelham optimamente o fundo moral dum regimen, são deles; não fomos nós, os republicanos, que as escrevemos ou que as proferimos. As fontes donde emanaram não podiam ser melhores nem mais autorisadas – a *élite* dos corifeus da monarquia. No entanto, um tal regimen ainda tem defensores, e defensores impenitentes, que não hesitam em atacar a Republica, até nas suas mais belas obras, como sejam, por exemplo, as Escolas Moveis.

Adiante.

O esplendido artigo do sr. Avelino de Almeida devia ter produzido o efeito dum capacete de gelo no adversario. Mas os inimigos do actual regimen, que pretende regenerar e civilisar o paiz, não se dão facilmente por vencidos.

E' assim que, passados dias, o sr. Antonio Figueirinhas aparece de novo nas colunas do órgão mais autentico que em Portugal defende o regimen da forza e do cacete, subcrevendo um outro artigo de ataque ás Escolas Moveis.

Vamos escalpelal-o com toda a imparcialidade que nos fôr possivel. Diz o sr. Figueirinhas:

Todo o mundo está convencido de que as Escolas Moveis não produziram, nem produzem resultados palpaveis, e que foram criadas para colocação da clientela. Eu tambem assim o entendi, mas é natural que o sr. Ave-lino de Almeida, com outros artigos, me convença de que elaboro em erro, e se assim fôr não só lhe ficarei grato, como confessarei a minha culpa, publico e raso.

As *Escolas Moveis* foram criadas sem obedecer a um plano, sem programa, emfim, sem uma organização sensata. Quem se lembraria de criar Escolas Moveis no Porto e Lisboa se não tivesse em vista fabricar lugares para amigos? Quem se lembraria de nomear para essas Esco-

las professores que nem sequer teem o 1.º grau, isto é, nem aldemenos provaram que sabiam ler e escrever? A inscripção nas inspecções do professorado livre não é thermometer que assinale o merito de ninguem. Ha ahi inscritos verdadeiramente analfabetos, a que o publico não confiaria alunos.

E' necessaria uma grande cegueira de espirito ou um profundo odio á Republica, para se escrever o que fica transcrito. Não ha meio termo. O que as Escolas Moveis produzem, todos os anos se vê e se palpa, de modo mais significativo e eloquente, em provas publicamente feitas, ás quaes só não assiste quem não quer ou quem não póde. Afirmar que as Escolas Moveis não produziram nem produzem resultados palpaveis, é uma destas asserções que um homem da categoria do sr. Figueirinhas não póde fazer sem a documentar, sob pena de não poder ser tomado a sério.

Os relatórios dos professores, as provas escritas dos alunos e as actas dos exames dessas provas, acham-se arquivadas na Inspeção das Escolas Moveis. Ora quando o sr. Figueirinhas e o seu colega Palyart vierem publicamente demonstrar e provar que êsses documentos estão abaixo do que é licito esperar de analfabetos, no espaço de dez mezes, e que a sua quantidade é de tal sorte minima que não vale a pena sustentar as Escolas Moveis, então curvar-me-hei e darei razão á retórica dum, e ao *paleio* do outro. Até lá não; tenham paciencia.

O que ao cabo dêsse tempo se póde conseguir, com muito esforço e método, é que os alunos fiquem a ler correntemente, a escrever ditado, embora com alguns erros, e a fazer as quatro operações de inteiros, com as respectivas applicações, isto é, a resolver problemas simples duma

só operação, respeitantes á soma, á subtração, á multiplicação e á divisão. Se a missão continua por mais dez mezes – o que geralmente acontece – então o professor aperfeiçoa a qualídade, desenvolve e amplia a quantidade de disciplinas. Se isto não é bastante para satisfazer as exigencias dos ilustres adversarios das Escolas Moveis, então querem, evidentemente, que o professor traga, ao cabo dos 20 mezes, os alunos sabedores da aritmetica, do sistema metrico, da geometria, da historia, da moral, da corografia, da instrução civica, das sciencias naturaes, da agricultura, do desenho, emfim, de todo o programa do exame de instrução primaria do 2.º grau. E nesse caso, nada mais tenho a objectar. E como disse Ramalho nas *Farpas*, a proposito da sentença de Joana Pereira e do paroco de Travanca de Lagos, só me

resta fazer aos ilustres adversarios das Escolas Moveis os meus cumprimentos.

Dizer que naquelas escolas não ha plano nem programa é uma afirmação gratúita, impropria do sr. Figueirinhas. O programa é toda a instrucção primaria do 1.º e 2.º grau, sempre que haja alunos com tempo e capacidade para o abranger.

Quanto ao plano, eu já noutro capitulo espuz os pontos em que me permito díssentir, o que de modo nenhum implica incompetencia da parte do inspector sr. Bernardo Gomes.

«Quem se lembraria se criar Escolas Moveis no Porto e Lisboa, se não tivesse em vista fabricar lugares para amigos?» escreve o sr. Figueirinhas.

Na tocante á primeira parte, estou de acordo em que é absurdo sustentar cursos moveis em semelhantes terras. Tem razão aquele senhor.

Mas no que respeita á segunda parte, afigura-se-me demasiado arrojada a proposição.

A afirmativa de que para essas Escolas foram nomeados professores que nem sequer teem o 1.º grau, e nem ao menos provaram que sabiam ler e escrever, é daquelas desgraçadas proposições que mostram bem eloquentemente que não ha grau determinado que marque até aonde póde levar-nos a cegueira da paixão politica.

O facto dum sujeito não ter o exame do 1.º grau, prova tanto a sua incompetencia como a comparação dum ovo prova a sua extraordinaria semelhança com um espeto.

Grandes homens tem havido nas sciencias e nas letras, sem possuirem uma unica carta de exame. Se tiver duvidas, eu desfaço-lhas.

«E' sabido que nas Escolas Moveis se matriculam como analphabetos, alumnos que sabem

ler, para alardear serviços milagrosos, alguns mezes depois.»

Esta afirmativa revela, de duas coisas uma: ou ignorancia de quem a produziu, ou requintada má fé. Não ha meio de sair do dilema.

E' geralmente sabido que nas Escolas Moveis se podem matricular individuos que saibam ler, escrever e contar, mas isso é o que menos se dá, porque só o que é de sua natureza estudioso o faz, e sómente com o intuito de se aperfeiçoar e avançar tanto quanto puder na instrução primaria. Isto mesmo se menciona, oficialmente, para todos os efeitos legais. Chama-se a esta classe *curso de aperfeiçoamento*. Onde está, então, aqui a fraude? Se as Escolas Moveis são, efectivamente, de instrução primaria, porque não hão de matricular-se individuos que saibam ler, escrever e

contar, a fim de alcançar um certificado do 1.º ou do 2.º grau?

Ora se o sr. Figueirinhas e o seu colega Palyart ignoravam isto, não teem desculpa nenhuma. Ninguém tem o direito de meter-se a discutir o que não sabe. E se sabiam que isto é assim, como digo, deixo á consciencia dos leitores o avaliar da honestidade das intenções dos adversarios das Escolas Moveis.

Quem usa taes processos de ataque, perdeu a auctoridade moral para criticar seja o que fôr.

Diz o sr. Figueirinhas que a estatistica que *Capital* apresentou não tem character official e que, portanto, não a discute.

Então o sr. Avelino de Almeida vae directamente á Inspecção das Escolas Moveis colher, duma entidade competente, os dados do seu artigo, que lhe são fornecidos com documentos á

vista, e o sr. Antonio Figueirinhas declara que não discute êsses dados, porque não teem caracter official!

Custa a crêr que um homem da categoria intellectual do sr. Figueirinhas de deixe obececar pelo odio ao regimen a ponto de escrever semelhante absurdo, que felizmente em si mesmo encerra o castigo de quem o produziu.

E são assim, desta fôrça, todos os inimigos das Escolas Moveis. Não tenha duvidas o leitor.

Mais adiante, o critico permite-se avançar a seguinte falsidade – «que os professores fazem as estatisticas como lhes apraz.»

E' demasiado sabido que os professores teem os mapas de frequencia, onde registam dia a dia, as presenças e as faltas, e lança as observações precisas. Estes mapas são do conhecimento de todos os alunos que diariamente os vêem. Além

disso, as juntas de paróquia e a chamada *comissão dos amigos da escola* vêm, ou podem vêr, êsses dados quando querem. As camaras municipales, por seu turno, são directamente informadas, pelo seu delegado ou delegados, do numero e qualidade dos alunos matriculados. Os exames, finalmente, são feitos publicamente com a assistencia das duas colectividades acima citadas e do delegado ou delegados das camaras. A tudo isto temos de juntar a rigorosa fiscalisação do Inspector.

Sendo assim, como se vê, pergunto ao sr. Figueirinhas – como é que os professores podem falsificar as estatisticas?

Deve ser muito curiosa a resposta.

Mais adiante, o illustre contendor do sr. Ave-lino de Almeida diz com ar de triumpho:

«Os professores das Escolas Moveis recebem 300\$000 por anno. E os subsidios que teem sido dados nas férias tambem se não contam?»

Apropositadamente se abstem de frisar que só o ano passado começaram os professores a vencer o subsidio das férias, porque se reconheceu ser supremo absurdo deixar essas criaturas sem pão, durante dois mezes cada ano. Mas logo se arreponderam, pelo que estamos vendo.

Mete-se depois a fazer comparações entre os professores das Escolas Moveis e os das escolas fixas. Quem ler o capitulo *Professores*, lá encontra a resposta àquelas extravagantes comparações.

Analisemos, finalmente, o ultimo argumento do sr. Figueirinhas, o qual, á simples vista, parece ter um grande peso, em particular para aqueles que desconhecem a estrutura intima das Escolas

Moveis e a maneira como se fazem as nomeações dos seus professores.

«Se o legislador criasse as Escolas Moveis com propositos honestos de bem servir a causa da civilisação, para extinguir a treva mental que paira sobre o paiz, aviltando-nos perante o mundo, abria concursos para esses logares entre milhares de professores sem colocação. Se, porventura, o que não creio, alguma escola ficasse vaga, por não aparecer diplomado, era justo que fôsse dada a um competente, embora sem diploma.»

Mas quem disse ao sr. Antonio Figueirinhas que os professores diplomados não pódem concorrer ás missões das Escolas Moveis? Se ha milhares dêles, como afirma, sem colocação, porque se não apresentam?

Se essas escolas são bolo tão apetecido, que razão justifica a ausencia dos professores diplomados aos seus concursos?

Ou o sr. Figueirinhas desconhece os espinhos e graves responsabilidades das missões, ou conhece e finge que desconhece. Em ambos os casos ressaltam evidentes a autoridade e os intuitos da critica daquele illustre adversario das Escolas Moveis.

Porque a critica, para ter autoridade e ser, consequentemente respeitada, deve ser justa, correcta e verdadeira.

Mas o que o sr. Antonio Figueirinhas não disse, por ignorancia ou de proposito, vou eu dizer-o.

O professor diplomado, sem colocação, não quer as missões das Escolas Moveis, porque oferecem as dificuldades e o trabalho violento que já

descrevi, e que certamente demonstro no relatório que constitue um dos capitulos dêste pequeno livro.

A acrescentar a estas dificuldades que são graves, teem as missões a de o professor ter de apresentar, num curto espaço de tempo, resultados que, pela qualidade, sejam qualquer coisa que se veja, sob pena dum fracasso estrondoso. Depois, não desconhece o diplomado, de certo, que sobre os professores das Escolas Moveis impende constantemente, qual espada de Damocles, a proposito de botas e a proposito de coisa nenhuma, a vèxatoria ameaça da perda do vencimento, ou como se diz na tecnica oficial, a *perda da gratificação*.

Prefere, pois, e com toda a razão, a escola fixa, que lhe não traz nem a estreiteza do tempo para os resultados finaes, nem as responsabilida-

des de quantidade e qualidade, nem a tal facil perda do vencimento.

Creio ter desfeito com argumentos e factos positivos todo o artificioso artigo do sr. Figueirinhas, nos pontos de argumentação que porventura podiam ter algum valor logico ou pelos factos.

De resto, á consciencia do leitor fica o apurar da lealdade de processos de cada um de nós na discussão do mesmo assunto. De um lado, estão os senhores Figueirinhas e Palyart; do outro, está o sr. Avelino de Almeida e eu. O publico dirá de que lado está a razão.

IX

O sr. de Palyart

Os nossos companheiros de infortunio, naturalmente, por afinidades de desgraça, nossos amigos são.

E' o que se dá entre os senhores Antonio Figueirinhas e Fernando Palyart.

Ambos enveredaram por mau caminho, ambos se collocaram em mau campo, atacando, sem duvida por animosidade ao regimen, uma das mais belas obras da Republica, as Escolas Moeves. Sentindo, porêm, agora que lhes foge o terreno debaixo dos pés, agarram-se um ao outro como dois naufragos prestes a submergirem-se nas profundezas do abismo.

E' por isso que, algumas semanas depois da publicação daquele desgraçado artigo, de novo nos aparece o sr. Figueirinhas nas colunas da *Nação* – jornal que se presta sempre para estas inglorias campanhas – moendo na mesma sanfona – o eterno tema das Escolas Moveis.

Desta vez vem de braço dado com o seu digno colega, o sr. Fernando Palyart, professor da Casa Pia de Lisboa.

Começa d'este modo:

Ninguem deseja ver a Instrucção nacional mais levantada, mais dignificada do que quem estas linhas subcreve.

Nunca fiz, nem faço, nem farei politica com a Instrucção, no sentido nobre do terno.

Dito isto, voltarei ao thema *Escolas Moveis* que um distincto jornalista na *Capital* bordou em hora decerto infeliz.

Affirmei que essas escholas eram inuteis e ninguem provou a sua importancia. O que eu vi foi o professorado acclamar a minha doutrina, com calor, por ter tocado na corda fraca.

Ninguem deseja ver a instrução nacional mais levantada e mais dignificada do que o sr. Figueirinhas. Lá isso é verdade. Basta ver o que sua excellencia tem escrito àcerca das Escolas Moveis, que estão prestando o enorme serviço de arrotear o terreno que a Monarquia deixou absolutamente sáfaro, por falta de tempo – é claro – em mais de oitenta anos de constitucionalismo.

Diz que não fez nem faz politica com a instrução. Isso vê-se com inteira clareza. A outro que não fôsse o sr. Figueirinhas, com menos intellecto e menos cultura, perguntaria eu se entendia bem o que escrevia, que juizo formava dos miolos dos seus leitores e o que entendia por *politica*, visto confundir – ou fingir confundir – politi-

ca com *politiquice*. A êle não, porque isso representava uma grosseria e um insulto que não fica bem na minha educação nem nos meus principios politicos, ainda mesmo que envolvesse o insulto e a grosseria nas amplas dobras do manto da ironia.

Mas, vamos continuando.

O sr. Fernando Palyart, que outro dia me foi apresentado pelo meu velho amigo e colega, professor da Escola Normal, Tiago dos Santos Fonseca, é um rapaz; e nesta qualidade, com os defeitos e as virtudes correspondentes á sua idade.

Ora, o sr. Palyart *paleava* no *Seculo* da noite sobre Escolas Moveis; e como os leitores daquele jornal, provavelmente, fizessem sentir o seu desagrado, o illustre professor foi *corrido em arvore sêca*. N'estas desoladoras circumstancias sua excellencia foi *palear*, como quem diz pontificar,

para o *Boletim Pedagogico*, aproveitando o melhor que pôde *as deixas* do sr. Antonio Figueirinhas.

Êste ilustre cavalheiro que se sente, nesta desgraçadissima questão, como os naufragos da areia nalgumas costas da Bretanha ou da Escosia, e dos quaes nos fala admiravelmente, Victor Hugo, na ansia do desespero agarra-se a todas as tábuas de salvação. Por isso, no artigo de 18 de Junho, diz isto:

O que agora vejo é o *Boletim Pedagogico*, uma revista de professores officiaes da capital inserir um artigo do sr. Fernando Palyart, illustrado professor da Casa Pia de Lisboa, a abundar nas minhas ideias que tanto perturbaram o sr. Avelino de Almeida. A *eschola movel* é bôa, é útil mas não a *eschola movel* creada em Portugal e como aqui é comprehendida. A *eschola movel* — diz muito bem aquelle professor, «leva a instrucção ao camponez

das pequenas e por vezes pobrissimas povoações, a muitos kilometros das escholâs fixas, que serve os casaes disseminados pelas montanhas, nas serras e que, durante a estação das chuvas, se encontram isoladas, com as communicações quasi por completo cortadas, com os centros mais proximos.

A eschola movel é uma eschola de soccorro e assim entendem todos os povos que a possuem.»

Perfeitamente de accordo. Aqui está o bom senso.

Com que, a escola movel é boa, mas não a escola movel criada em Portugal? O sr. de Pa-lyart queria assim uma especie de *viatico aos entrêvados ou aos moribundos*, um professor de mochila ás costas, a visitar casaes, aldeias e lugares, por montes, vales e outeiros, a pé, ou a cavallo – como melhor calhasse – debaixo da chuva ou frio, á torreira do sol, etc..

Devia ser muito interessante a figura que fariam – neste caso – os senhores Figueirinhas e

Palyart, montados nos respectivos gericos, dando idéia do que quer que fôsse de D. Quixote ou Sancho Pança, de cátedra ás costas.

E no fim de tudo isto, o professor pago ahi á razão de meio escudo por dia. Sim, senhores; deviam escolas assim dar optimo resultado.

O professor pago daquela maneira tambem, em boa verdade, não tinha de que se queixar. Sendo casado, podia bem mandar por dia 30 centavos á familia e ficar com 20, que chegavam bem para comer, vestir, calçar, roupa lavada, casa, etc., emfim, para todas as despezas pessoases indispensaveis a um homem nestas condições, que se encontra fóra de sua familia, em terra alheia. Se disser que se podia permitir o luxo de fumar e de beber o seu copo de vinho ás refeições, creio não exagerar. O resto podia depositalo no Monte-Pio.

Ninguém dirá, depois do que deixo dito, que não ha uma grande fôrça de razão e logica na argumentação dos senhores de Palyart e Figueirinhas.

Eu, se fôsse ministro da Instrução, não descançaria emquanto não apanhasse êstes dois illustres luminares de cátedra ás costas, a fazer missões das Escolas Moveis por êsse paiz alêm.

Havia de dar-lhes um fartote de missões, até êles *darem ao Diabo a cardada*, como se usa dizer em linguagem popular.

Segundo a transcrição do sr. Figueirinhas, escreve o sr. Palyart no *Boletim Pedagogico*:

O projecto de lei que na Camara dos deputados, na sessão de 25 de junho de 1890, apresentou um dos seus membros, sr. Bernardino Pereira Pinheiro, comquanto não perfeito, era mais criterioso, pois excluia, punha fóra da acção da *movel* os concelhos de Lisboa e Porto e parte

urbana dos concelhos de Coimbra, Braga e Evora (§ 3.º do art.º 1.º»).

Quem póde comprehender *escolas moveis* em Lisboa ou em Santarem, em Coimbra, no Porto ou em Leiria? Escolas moveis em Lisboa! E' o cumulo!»

E' isto a unica coisa aproveitavel do artigo do sr. Palyart, mas ainda com esta differença: o projecto aludido poderia ser muito perfeito, mas estava sujeito ás modificações que a pratica indicasse. Foi o que succedeu.

Quanto a escolas moveis em Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Santarem, etc., já o illustre sr. Figueirinhas tinha dito que não concordava com elas, e nesse ponto estou eu tambem de absoluto accordo com os dois, como já disse.

O facto do sr. Palyart abordar o mesmo ponto fraco da questão, mostra apenas que os dois adversarios das Escolas Moveis se espreitam reci-

procamente o que cada um escreve sobre o assunto, para se transcreverem e se darem, por consequencia, um reciproco apoio E' o unico merecimento que teem.

Mas o sr. Figueirinhas acode logo:

Essas *escholas moveis* perderam a sua razão de ser e apenas serviram para dar uma sangria ao erario publico, dando um banquete aos nomeados.

Se obrigassem aquele cavalheiro a provar o que afirma, creio que se veria em serios apuros para se justificar.

Dizer que taes escolas não teem razão de ser em cidades e vilas, perfeitamente; mas afirmar que foram criadas para dar um banquete aos nomeados, é arrojo demasiado, que poderia custar um pouco caro, com uma lei de imprensa de malhas mais apertadas do que a que temos.

E a proposito dessas escolas escreve o sr. de Palyart:

«E' mais um factor de desordem, vindo complicar o complicadissimo problema da educação nacional.

O recrutamento do pessoal docente para as escolas officiaes é feito por concurso documental: «nas escolas moveis ingressa tudo o que appareça, seja o que fôr, o unico documento realmente exigido é o de *convicto republicanos*! E' a lei!

Hoje, nas escolas moveis, não é professor quem deve, mas quem *tem lampada*, porque a lei permite-o!

São, pois, *escolas*? Parece-me que nem *sempre*, mas unicamente *por lei*, uma affronta a todo o professorado do paiz, dos mestres primarios aos reitores das Universidades.»

De modo que, segundo a hermeneutica daquele professor, a criação de escolas moveis, nas cidades referidas, são factores de desordem!

Tem graça e não ofende.

Isto, além de mostrar a pobreza de argumentação dos adversários das instituições, põe bem a claro os processos de que se servem para atacal-as.

Taes escolas factores de desordem!

Ahi está uma descoberta que corre parelhas com a da polvora, da telegrafia electrica, do vapor, etc., e que forçosamente ha de obrigar os vindouros a erigir uma estatua ao sr. de Palyart ahi algures – no beco do Fala-Só, ou na travessa do Cata-que-farás, em Sarilhos Grandes ou Sarilhos Pequenos, em Alguidares de Baixo, em Tagarro ou Fadagosa, por exemplo.

Tenha disso sua excelencia a certeza.

Muito agastado, o sr. de Palyart revolta-se, porque ao professor das Escolas Moveis se exige, para ser nomeado, o *ser convicto republicano*.

Sim senhor, tem o sr. de Palyart inteira razão. São uma lei e um principio detestaveis. Quem deve ser nomeado para essas escolas deve ser o professor retintamente monarchico, e sistematicamente excluido o professor republicano e patriotico – tal como se tem feito na maioria dos lugares publicos. Haveria nisto o que quer que fôsse de coerente e de consequente. A primeira e principal condição que impõe qualquer homem á consideração dos outros, é ser coerente e consequente. Pois o mesmo succede ás instituições politicas e sociaes.

Não vemos nós ahi tanto republicano da velha guarda a lutar com o desemprego e portanto com as maiores dificuldades, e alguns que eu conheço até a morrer de fome?

Por exemplo: Carlos Cruz e Alfredo Cabral para não falar de dezenas doutros. Ambos se te-

em farto de prègar republica ha mais de trinta anos, com a pena e com a palavra. Ambos andam, apesar das habilitações que teem, a morrer de fome.

De resto, isto não deve admirar, porque estabelecimentos do Estado ha, onde ainda não entrou a República – o liceu Camões, por exemplo.

Em contraposição, inimigos formaes do regimen gosam excelentes lugares publicos.

Está na logica das coisas. E' da philosophia da História. Tem, portanto, razão o sr. de Palyart. Lavre lá mais duas *á preta*.

X

A minha missão na Bidoeira

Coméço por declarar que não sou professor das Escolas Moveis. Mas já uma vez me encontrei na dura contingencia de ter de ir fazer uma missão, para não ficarmos, eu e a familia, a morrer de fome; e naturalmente não estarei livre de um dia vir a cair lá de novo, se a idade e as fôrças fisicas o permitirem. Porque, emfim, isto, antes de 1910, *era dêles*; depois de 1910 continúa a *ser dêles*, se exceptuarmos alguns republicanos que tiveram felicidade de ingressar na *coisa publica*, sabe Deus com quanta dificuldade.

Perseguido no exercito, em 1883, por ser republicano e escrever no *Seculo*, eu tive de sair das fileiras dêsse mesmo exercito, pagando uma

praça que ficasse por mim o resto do tempo – 14 mezes – se quiz trazer uma baixa com *exemplar comportamento militar*.

Se estou mais algumas semanas ou mezes, tinham, talvez conseguido atirar-me para a Torre de S. Julião da Barra, ou quem sabe se para a Africa. E tudo isto pelo *grave crime de ser republicano*.

Mão amiga e oculta valeu-me com os cinquenta mil reis que paguei a praça que me substituiu. Ainda hoje não posso recordar êste acto de generosidade, sem que os olhos se me não arrazem de lagrimas.

E não recorri ao meu partido para que me valesse, não lhe pedi o minimo sacrificio em troca de tantos que eu já tinha feito por êle.

Sofri em silencio, contra o meu temperamento de indómito beirão.

Mal cuidava então que muitos anos depois, já em plena Republica, eu havia de ser perseguido pelo mesmo grave crime: por ser republicano e homem de bem.

E passava-se isto dentro dum dos centros republicanos de que eu era professor, o Centro de Santa Isabel! Os elementos que me perseguiram eram e são criaturas suspeitas e perigosas. Sabe isto muito bem o actual chefe do Estado, o sr. dr. Bernardino Machado, porque nessa mesma ocasião me acompanharam a casa de sua excelencia os srs. Antonio Lopes Coelho e Manuel Lopes Coelho, dois dos mais antigos e autenticos republicanos do bairro de Campo de Ourique, a fazerem-lhe a exposição do agravo de que eu fôra vítima.

Foi nesta conjuntura, e em taes circunstancias, que sou chamado a ir substituir o meu ilustre

colega e amigo, Eugenio Vieira, na regencia da Escola da rua do Teixeira, enquanto êle ia fazer uma missão das Escolas Moveis a Válega, no distrito de Aveiro.

Tendo Eugenio Vieira regressado ao seu lugar, em 9 de Setembro de 1914, eu tive de requerer uma missão daquelas Escolas, sujeitando-me, é claro, a ir para onde me atirassem, enquanto os amigos do regimen e... de Peniche, se ficavam a rir, esfregando as mãos de contentes, em lugares de confiança da Republica.

Era logico e era justo.

Ha um codigo – o do egoismo – muito conhecido, e que resa assim:

Art. 1.º – Trata de ti.

Art. 2.º – Continua a tratar de ti.

Art. 3.º – Trata sempre de ti.

Art. 4.º – Fica revogada a legislação em contrario.

Ora eu conhecia muito bem estas disposições do referido código; mas, beirão e por consequência teimoso, fechei sempre desdenhosamente os olhos a essas disposições, porventura muito cínicas aos olhos dos espiritos meticolos como o meu, mas sem duvida muito praticas.

Ao vir a Republica, achei-me nas mesmas circunstancias de tantos outros republicanos que passaram o melhor da sua vida a fazer propaganda com a pena, com a palavra e com o seu dinheiro. Eu fil-a por todas estas fórmulas, e ainda pela escola, sem duvida, como já disse, de todas estas a mais eficaz.

Em Setembro de 1914 eu tive de requerer uma missão das Escolas Moveis, e lá fui a 2 de

Outubro destinado a uma aldeóla do distrito de Leiria, chamada Bidoeira.

Estive um pouco com sorte desta vez, por não ir destinado ás Ilhas adjacentes ou para a Africa, a ensinar pretos. Simplesmente porque fôra para a Escola da rua do Teixeira snstituir o meu ilustre colega, Eugenio Vieira, escapei, um ano antes, de ir parar a Porto Santo.

A 3 de Outubro de 1914, apresentavamo-nos dez professores e professoras, na camara municipal de Leiria, ao dr. João Correia Mateus que era o presidente da comissão executiva. Pelos seus muitos afazeres, só mais tarde nos pôde receber no seu escritorio.

Eu ia naturalmente triste e pensativo, porque me lembrava que tinha desperdiçado o melhor da minha existencia a trabalhar para a implantação da Republica. E ao par e passo que os inimigos

dessas mesmas instituições se ficavam regalados em comodos empregos bem pagos, eu, para não morrer de fome com a mulher e a filha, tinha de ir destacado para as carquejeiras, arrancar das trevas da ignorancia, criaturas semi-barbaras.

Não me queixava e sofria, como já disse, em silencio a minha dôr, e achava que era justo o meu castigo. Eu, de facto, não podia ignorar *que isto poderia muito naturalmente vir a ser assim*. Logo, era a *lei das compensações*.

Professor de Historia, farto de conhecer os homens e as coisas, eu não podia ignorar que isto viria a dar-me êste resultado, atento especialmente o meu temperamento avesso á *pedincha*, por feitio, por educação e até por orgulho bem justificado.

Foi nesta conjuntura, quando no meu espirito passavam e se cruzavam como relampagos, as

figuras dos homens e os factos da grande Revolução Franceza, com o respectivo cortejo de ingratições, que o dr. João Correia Mateus, que já por duas vezes fixava em mim, por sobre os olhos, o seu olhar perspicaz e fino, me disse:

– E' o sr. Abilio David?

– Eu mesmo, sr. doutor.

– Faz-me um favor?

– O que V. Ex.^a quizer.

Sorriu-se paternalmente e disse-me:

– O sr. David tem paciencia e espera que eu despache todos êstes senhores, porque tenho que lhe dar instruções e uma recomendação especial.

– Inteiramente ás ordens de V. Ex.^a.

No fim de tudo, o ilustre chefe do partido democratico em Leiria, chamou-me para junto de si e diz-me com um sorriso simultaneamente benevolo e significativo:

– Não lhe gabo o local para onde o destacaram. Mas por isso mesmo eu vou procurar suavizar, tanto quanto possível, as agruras do seu exílio.

Trocou comigo algumas impressões sobre o local e a população para onde eu ia destinado, e no fim entregou-me um bilhete em subscrito aberto, que dizia assim:

«João Correia Mateus, professor e advogado, apresenta ao seu amigo, José Ferreira de Lacerda, o sr. Abilio David, professor da Bidoeira.

Sabes o que tens a fazer.

Leiria, 3-10-914

Teu am.º

Mateus»

E estendendo-me a mão:

– O sr. David vae recomendado a um padre; não faça reparo em que vindo numa missão de

confiança da Republica eu o recomende a um padre. Sei a quem o recomendo; o Lacerda é um espirito finissimo, muito ilustrado, franco e liberal, e sobre tudo – *um espirito desempoeirado*.

E sublinhou estas ultimas palavras com um sorriso inteligente e confiado.

– Por amor de Deus, doutor – disse, apertando-lhe a mão – seja padre ou seja quem fôr...

Vossa excelencia sabe bem o que faz.

Despedimo-nos. Fui para a hospedaria, a Casa Santos – antiga Casa Deodato – uma das melhores, talvez a melhor de Leiria, no seu genero.

Fui logo abordado por algumas pessoas para saberem a quem eu ia ser recomendado.

Quando pronunciei o nome do padre Lacerda, de todos os lados me cumprimentaram.

Estudantes e hospedes, todos me felicitaram e apertavam efusivamente a mão com as melhores referencias ao padre José Ferreira de Lacerda.

Á noite, á mesa, ceando, disse-me um conhecido revolucionario de Leiria a quem acabava de ser apresentado:

– Diga-me uma coisa, sr. David, que diabo fez o sr. para ir de castigo para a Bidoeira?... Sim, porque para ahi só de castigo!

– Eu? Eu não fiz nada; só se foi por ter toda a vida trabalhado pela Republica, sacrificando interesses de toda a ordem... só se foi por isso.

Êle, sorrindo-se enigmaticamente:

– De acordo... mas provavelmente o sr. escreveu qualquer coisa contra a Republica...

– Eu?!...

– Ás vezes um despeito, uma zanga, que sei eu! Sim, porque alguém, dentro desta casa, e que

diz que o conhece, está muito admirado de que o mandassem fazer uma missão para uma terra como aquela para onde o sr. vae, havendo tanto monarchico a ocupar lugares que deviam ser occupados pelos republicanos como o senhor.

– Meu caro – respondi – a culpa é toda minha e só minha. Eu devia ter aprendido nas lições da Historia. Devia por elas calcular o que me esperava. Procurarei de futuro remediar, tanto quanto possivel, o meu êrro, cuidando de mim e só de mim.

– Tem razão, sr. David; enquanto tantos insignificantes treparam, homens de verdadeiro valor, os sinceros republicanos, ficaram esquecidos.

E nesta ordem de considerações prosseguiu a nossa conversa.

– Por ultimo, rematei: mas que demonio tem a Bidoeira, para todos lamentarem que me destinassem tal missão?

– Pois não sabe? Em primeiro lugar, a terra é feissima; os seus habitantes gosam, com certa razão, a fama de desordeiros, de incendiarios, de gente levada do Diabo.

E contou-me uma célebre historia muito conhecida em Leiria, duns salteadores do Barracão, que os da Bidoeira lincharam, e a cujo refugio deitaram fogo. A historia é um tanto pavorosa; mas no fundo parece que a gente da Bidoeira teve certa razão para proceder com a violencia com que procedeu.

Os taes salteadores e contrabandistas eram terriveis, e fiados na impunidade praticavam proezas demasiado atrevidas. Tanta vez o cantaro vae á fonte...

Foi o que sucedeu aos salteadores.

No dia seguinte, 4 de Outubro, aluguei uma carripana que de Leiria me levou á Bidoeira, pela *modica* cifra de vinte e cinco tostões.

Quando ali entrei caiu-me a alma aos pés: a terra é realmente feia. Era bem o que me descrevera o meu interlocutor da vespera.

E a primeira decepção que tive ao dirigir-me a um chamado *grande da terra*, um perfeito pateta e um alcoolico, foi que o povo *não precisava nem queria lá escola para nada!*

Mas alguns passos mais adiante, o cocheiro apresentou-me ao cidadão Luiz de Sousa Vieira, comerciante e lavrador, um homem serio e um bom republicano que me recebeu de braços abertos, satisfeito por, emfim, ir inaugurar-se na aldeia uma escola movel. Encarregou-se êste cidadão de desfazer a má impressão que eu devia ter

daquela recepção, e ofereceu-se para coadjuvar em tudo que pudesse a missão. E assim o cumpriu sempre, diga-se a verdade.

Voltei pela freguezia dos Milagres, um belo sitio, onde reside o prior sr. José Ferreira de Lacerda.

Como era tarde, quasi ao pôr do sol, e não estivesse aquele cavalheiro, que em serviço do seu ministerio tinha ido a Reguengos, e só no dia seguinte ou nessa mesma madrugada estivesse de regresso, lá consegui ficar aquella noite em casa do taberneiro do lugar, o sr. Gaspar da Silva, que me cedeu a sua cama, posto que eu insistisse em que me não importava ficar em cima dum banco, no chão sobre uma esteira, de qualquer fórma.

Muito gostava eu de vêr a cara com que ficaria o sr. Figueirinhas ou o sr. de Palyart se se vissem nestes assados! E se o lapis immortel de Bor-

dalo Pinheiro a desenhasse? Era, decididamente, mais um sucesso do grande artista.

De manhã, pelas 6 horas, já eu estava a pé para vêr quando o sr. Lacerda atravessava o areal, da igreja para casa. O Gaspar e a respectiva consorte, que mais tarde se tornaram meus amigos. encarregavam-se, ora um, ora outro, de me indicarem a figura do sr. Lacerda.

Com efeito, pelas sete e meia lá me apontaram um individuo alto e magro que atravessava o espaço que medeia entre a igreja e a residencia do prior.

Era o padre Lacerda, ainda revestido com a batina.

Deixei decorrer uns dez minutos e depois fui bater-lhe á porta.

Apareceu-me uma criada. Mandeí para dentro o meu cartão pedindo alguns minutos de au-

diencia. Dahi a pouco apareceu-me o proprio padre Lacerda que me conduziu imediatamente à sala de jantar.

Apresentei-lhe o cartão do dr. Correia Mateus. Leu. Trocámos depois breves impressões sobre a terra para onde eu ia fazer a missão. E enquanto Lacerda passava entre os dedos o bilhete, disse-lhe:

– Bem. Agora vossa excellencia dá-me licença que eu vá falar com o meu hospedeiro desta noite, para me preparar o almoço. E depois de vossa excellencia almoçar e estar em disposição de me poder receber, virei então falar-lhe para regular a minha vida, porque ainda hoje tenho de voltar para Leiria, visto não haver ainda casa na Bidoeira para me instalar.

– Não, senhor. O sr. David, desde êste momento em diante, é meu hospede para todos os

efeitos. O sr. almoça, janta e ceia em minha casa, e aqui fica até que a missão possa começar, porque, meu caro, o que é certo é que nós ainda não temos casa para ela. Mas ha de arranjar-se, succeda o que succeder.

Isto foi dito com tal simplicidade, clareza e decisão, que eu mal soube balbuciar um agradecimento. Depois acrescentei:

– Então, ainda não ha casa?

– Não. E isso compreende-se. A camara de Leiria pediu dez escolas moveis, supondo que, por muito favor, lhe cederiam uma ou duas.

Póde calcular a satisfação e ao mesmo tempo os embaraços em que a camara se viu, quando lhe mandaram as dez que pediu.

Mas está bem; a casa ha de arranjar-se.

Objectei-lhe que em todo o caso eu precisava de ir a Leiria e voltar á Bidoeira onde deixara a

minha mala, por vários motivos, e entre êles o trazer objectos de uso pessoal como escova e pós para dentes, etc. etc..

A isto respondeu-me o padre Lacerda:

– Aqui tem tudo o que precisa. Escova, pós dentifricos, navalha de barba, tudo, e até dinheiro se lhe é preciso.

Fiquei assombrado. Eu imaginava que aquele bilhete do dr. Mateus servia apenas para que o padre Lacerda tratasse de providenciar sobre a instalação da escola, etc.. Nunca me passou pelo espirito que seria recebido assim. Com efeito, nada me faltou em casa daquele excelente homem – hoje um verdadeiro amigo – durante treze dias que lá estive, enquanto não começou a missão.

E para matar o tempo, o meu ilustre hospedeiro proporcionava-me todos os meios de me

distrair: desde os livros da sua biblioteca até á sua esplendida caçadeira belga e os seus cães para a caça.

Finalmente, através das maiores dificuldades que só a energia do padre Lacerda pôde vencer, lá se conseguiu que a escola começasse a funcionar a 15 de Outubro de 1914.

O que foi essa missão, dil-o, resumidamente, o relatorio que constitue o capitulo immediato.

XI

Relatório da Missão da Escola Movel de Bidoeira de Cima.

Ex. mo Senhor Inspector

Tenho a honra de remeter a V. Ex.^a as provas dos alunos do curso nocturno desta Escola, realizadas em 9 de Maio corrente.

São apenas dez. Revelam, exactamente, o estado em que se encontram êsses alunos.

Dêsses dez, cumpre-me advertir que dois dêles — Elvira de Sousa Vieira e Manuel Caetano Júnior — estavam, ao iniciar-se esta missão, em 15 de Outubro do ano findo, precisamente nos termos da circular n.º 12 de 20 de Abril do ano corrente, que diz que deve «considerar-se analfabeto o aluno que, não obstante ter iniciado

a leitura corrente no principio da missão, se tiver verificado que essa leitura era de tal maneira imperfeita, que melhor fôra se tivesse apresentado sem nunca ter visto urna letra.»

Um outro aluno — Manuel Agostinho Júnior — é pròpriamente um aluno do *curso de aperfeiçoamento* que cá não existiu porque, como já tive ensejo de dizer num offício, a Bidoeira é uma terra de analfabetos.

Resta-me falar dum outro aluno, dum lugar denominado Vale de Celho, que não compareceu ás provas por estar doente, e ainda hoje se acha mal bastante. Retardei até a remessa dêste relatório e provas, esperando que êle cá viesse logo que lhe fôsse possível, prestar a prova. Veiu, com efeito, ha 4 dias; mas em tal estado que chegou a meio e teve de se retirar incomodado. Esperarei

que êle melhore para então o sujeitar á prova e remetê-la a essa Inspecção.

Devo ainda referir-me a dois alunos — José Dionisio e Manuel Agostinho — cuias provas de aritmetica não puderam igualar as dos outros, porque realmente teem negação para a sciencia dos números; por isso só chegaram, o primeiro á conta de dividir, tal como se encontra na prova, sem mais applicações, isto é, sem problemas, que por emquanto não comprehende, ou muito mal comprehende; e o segundo que se encontra em perfeita igualdade de circumstancias, chegando por isso apenas ás duas operações fundamentais — adição e subtracção.

Êstes dois alunos hão-de lá chegar, se a missão continuar, mas com tempo e muito trabalho. Do referido curso nocturno, encerrado, como disse, em 9 do corrente, por lhes ser absolutamente

impossível frequentá-lo em consequência das razões por mim já apresentadas no meu ultimo officio — a intensidade dos trabalhos agricolas e a necessidade, portanto, de se deitarem logo ao anoitecer — ficaram em meio caminho oito alunos, que bem aproveitados, no futuro ano, podem dar bom resultado, e dá-lo-iam mesmo no fim da missão actual se pudessem vir á noite. Como não podem, mesmo á sésta, resolveram continuar para o ano. São êles: Joaquina do Outeiro, Luis Caetano, Luísa de Jesus, Emilia de Jesus, Joaquim dos Santos Norte, José Francisco, Augusto Agostinho e Tereza de Jesus.

Vista a impossibilidade de virem á noite, declarei-lhes que viessem de dia a qualquer hora que pudessem. Prometeram que viriam quando pudessem, sòmente á hora da sésta, mas até agora só uma — Emilia de Jesus — frequenta regu-

larmente a essa hora. Dos outros apareceu um, Manuel Norte, uma vez.

Não apareceu mais nenhum.

Declaram que andam muito cansados, e geralmente em pontos distantes; daí a dificuldade, ou antes a impossibilidade de continuarem a frequência, mesmo de dia.

Excelentissimo Senhor: Esta missão poderia dar muito mais porque, não obstante tratar-se duma terra redondamente analfabeta, o certo é que os seus habitantes teem ânsia de saber. E' um povo absolutamente ignorante, no rigoroso sentido da expressão.

Está a 15 kilometros duma cidade civilisada e capital do distrito.

Pois a cada hora eu tenho a noção concreta, positiva, iniludível, de que estou a 1500 kilometros duma cidade civilisada!

E' um povo de barbaros! Barbaros é o termo, apenas com a diferença que encerra o significado do adverbio quasi.

Esta a bela obra do infamissimo regimen que faliu miseravelmente em 5 de Outubro de 1910.

Esta missão, disse eu, poderia dar muito mais; mas ela iniciou-se através das maiores e mais graves dificuldades. Não havia casa para aula, nem quem acomodasse o professor; finalmente, não havia nada! Esteve por um fio a fracassar. O padre José Ferreira de Lacerda porêm, que a tinha solicitado da Câmara de Leiria, empregou tais e tamanhos esforços que lá se conseguiu poder funcionar a Escola no acanhado, escurissimo e anti-higiénico pardieiro que tive ocasião de mostrar a V. Ex.^a quando aqui veio visitá-la.

Com tal casa e com uma frequência média de 45 alunos em cada curso, não só foi impossível armar o quadro preto para os exercicios de aritmetica como as mesas que não havia para os exercicios de escrita.

Só em 13 de Janeiro, quando mudada para a casa que actualmente ocupa, pôde funcionar com relativa regularidade. Digo com relativa regularidade, porque só em 31 de Janeiro houve duas mêsas para escrever, mêsas que V. Ex.^a teve ensejo de vêr e que logo disse serem insuficientes, e tanto que exigiu que no proximo ano haja mais uma.

Ajunte-se a isto um inverno rigoroso e prolongado, que dificultava extraordinariamente a frequência aos alunos de dia e da noite e a êstes ultimos muitissimo mais — a vinda de Vale de Coelho, Texugueira, Mata da Bidoeira, Bidoeira

de Baixo, Marco, Monte, etc., por vales, montes, outeiros, pinheirais, riachos, desfiladeiros, ribeiros, o Diabo!

Daqui resultava que todos — todos! — a um tempo, queriam ser servidos de lição, porque todos, com justa razão, alegavam as suas distâncias — nenhuma de menos de três kilometros, inteiramente. ás escuras, a ponto das mesmas criaturas esbarrarem de encontro ás arvores, segundo a propria confissão delas!

Havemos de concordar, Excelentissimo Senhor, que é preciso ter-se uma grande ânsia de saber para tamanho sacrificio que eu, cidadão de um país civilizado ou que passa por tal, com uma educação literaria e scientifica quanto possivel na esfera da minha posição, me julgo impotente para realizar, vista a impossibilidade, por mim verificada, de dar 10 passos sem luz nas esterqueiras

da aldeia, quanto mais por barrocos, pinheirais, matagais, ladeiras, desfiladeiros, etc..

E como o professor, nem nenhum outro feliz mortal, tem o dom da duplicidade ou da ubiquidade, resultava daquela exigência dos alunos, que as lições não podiam ser perfeitas, completas: eram realizadas á lufa-lufa.

Não havia tempo a perder, porque tempo demais se estava perdendo com a falta de casa e de mobiliario escolar indispensavel.

Mas esta exigência não era só dos alunos da noite: infelizmente era e é tambem dos alunos de dia. Desde a abertura da Escola, que o mesmo facto se repete, invariavelmente, todos os dias, com todos os alunos, sem exceptuar um único:

— Senhor professor: O meu pai manda dizer que me dê lição e que me mande embora, que tenho de ir com os bois.

— Senhor professor: A minha mãe manda dizer que tenho de sair com a marrã e então que faça favor de me dar lição e mandar-me embora.

— Senhor professor: O meu pai manda dizer que não me posso demorar nada que tenho de ir sachar milho.

— Senhor professor: Os meus pais mandam dizer que faça favor de me dar já lição que tenho de ir dar meio dia a F..

E etc.; todos os dias a mesma lenga-lenga: uns porque vão com os porcos, outros porque vão roçar mato, outros porque vão ceifar erva. Numa situação destas, o professor chega a desanimar devéras, porque não ha meio de reter os alunos na aula o tempo preciso para dar uma lição, não digo boa, mas ao menos regular. Já por umas poucas de vezes estive, vai não vai, para disistir e pedir a minha demissão. Mas emfim, resignei-me

a levar a cruz ao Calvário, sujeitando-me a tudo, por honra do meu próprio nome, e cá tenho ido.

Se os outros meus colegas se queixarem das mesmas exigências, vejo então que ha absoluta necessidade de aplicar a lei do ensino primario obrigatorio ás Escolas Moveis que são escolas primárias officiais. Só assim se conseguirão cursos regulares com bom aproveitamento. Doutra fórmula, quando a gente não póde satisfazer estas exigências, fazem o que me fizeram os pais de dois alunos da Mata da Bidoeira, José Agostinho e Manuel Fonseca: a alturas tantas, tiraram êstes dois alunos, que eu já tinha a ler, a fazer ditado e a fazer as operações de adição, subtracção e multiplicação!

E sabe V. Ex.^a porque é isto? Porque todos, em absoluto todos, exploram infamemente o trabalho dos menores.

Dóe a alma ver aí crianças de 6, 7, 8, 9, e 10 anos a trabalhar brutalmente em todos os serviços do campo, numas idades em que a sciencia e a humanidade dizem que devem alimentar-se bem, estudar e recrear-se. E' barbaro, mas é assim mesmo.

Em face disto, e do mais que tenho exposto, e porque a Escola começou a funcionar 15 dias mais tarde do que devia, eu passei, desde 13 de Janeiro, a trabalhar todos os dias das 9 ás 17 horas! E aos próprios domingos, logo depois de missa — porque esta gente não dispensa a missa por coisa nenhuma — aqui estou e estarei até ao fim da missão, a lecionar os mais adiantados, até ao meio dia. Foi a melhor fórmula que encontrei para compensar. Se eu assim não fizesse, V. Ex.^a se cá voltar, terá ocasião de verificar que não vinha cá ninguém. E', pois, assim que consigo a

frequência que os mapas que para aí remeto accusam. E' claro que nem posso dar recreio perante semelhantes e tão prentórias exigências. São estafado no fim da missão, mas quero sair airoso. Cada um vem ás horas que póde ou quer. O professor está sempre presente.

A acrescentar ás dificuldades com que se effectuou o curso nocturno poderia ainda mencionar muitas outras contrariedades como, por exemplo, a luz deficiente dos gazómetros, por escassez de carboreto, por má qualidade dos gazómetros, também algumas vezes por não virem as requisições a tempo e horas, etc.; e por fim, o facto de alguns figurões virem mais por terem ensejo de estar com as respectivas namoradas, do que pròpriamente por estudarem, mas que, em todo o caso, recebiam lição de que não

aproveitavam o que deviam em prejuízo daqueles que pretendiam aprender.

É claro que, logo que perceberam que o professor dera pelo caso, trataram de não voltar, e elas fizeram outro tanto.

Outra contrariedade enorme é a classe dos analfabetos que não dão nada, que tira um tempo precioso ao professor, que devia ser aplicado aos mais adiantados. Mas não se pode dispensar tal classe, sob pena de cair no desagrado desta gente. Compenso esta dificuldade despachando-os o mais depressa que posso, a vêr se consigo alguma coisa de geito no fim da missão.

Devo ter aí mais uns dez de dia, mas teria seguramente vinte, sem favor, que deviam fazer boa figura, se a lei os obrigasse a estar o tempo preciso na Escola para o professor os lecionar, não digo muito bem, mas ao menos regularmen-

te. Com estas exigências estupidas de estarem só o tempo estrictamente indispensavel para darem uma lição de corrida — positivamente de corrida — e todos ao mesmo tempo, é que não ha meio dum professor brilhar, nem de fazer coisa de geito. Terei ocasião de frisar isto mesmo em conferencia pública sobre Escolas Moveis e em livro que tenciono escrever e publicar logo que chegue a Lisboa. E' preciso, é indispensavel que o Parlamento torne extensiva a lei do ensino obrigatorio ás Escolas Moveis que são, para todos os efeitos, como atraz digo, escolas primarias officiais. Esta lei, entende-se, deve limitar-se sòmente aos menores até 12 anos, visto que os adultos teem o direito de ser ignorantes, e portanto burros, muito a seu bel-prazer.

Estamos agora, justamente, no período cada vez mais dificultoso para o professor das Escolas

Moveis, por causa dos trabalhos agricolas e principalmente pela ganância dos pais que trazem as crianças brutalmente acorrentadas á canga do trabalho. Não basta que a Republica escorraças-se, em 14 de Maio, uma ditadura de bandalhos e de bandidos, resquícios nauseantes dum regimen de bandalheira, de adiantamentos e doutras proezas de que resa a nossa historia dos ultimos oitenta anos de constitucionalismo: é preciso que olhe a sério para as Escolas Moveis, afim de que elas dêem o fructo devido a que tem jus o esforço ormidavel dos seus professores, e evidentemente, também, não resta dúvida, do seu Inspector.

Muito mais teria a dizer, mas repito, fica isso para outro lugar e para outra ocasião. Por agora, fiz só o que me cumpria.

Bidoeira, 25 de Maio de 1915.

NOTA. — O leitor deve ter reparado em que neste documento empreguei a ortografia oficial, ao passo que no decurso do livro a não emprégo. E' que isto é um documento oficial e eu, como professor, tinha de redigil-o e ensinar nesses termos. Para meu uso, aproveito da nova ortografia o que tem de aproveitavel, e ponho de parte tudo quanto tem de disparatado, inutil e errado.

XII

Conclusão

O relatório que acaba de ler-se dá uma bem palida idéia do estado das nossas aldeias, porque não foi escrito para vir a publico, não obstante o intuito do autor — de falar e escrever sobre o assunto, mas mostrar as dificuldades com que luctam os professores das Escolas Moveis. Se nessa ocasião pensasse em publical-o, êsse relatório teria outra fórmula e seria mais expressivo.

Visitei frequentes vezes, a convite das famílias dos meus alunos, essas aldeias que ahi se mencionam, e vi bem que tudo era o mesmo.

Não fiz, pois, obra por uma só. E êste estado de coisas observa-se a dois passos duma capital de distrito como é Leiria!

O que vi dá-me direito a dizer algumas verdades amargas aos partidarios do antigo regimen, que tanto teem perturbado a marcha da Republica; e vou dizel-as, ainda que isso muito lhes custe.

Quem fôr patriota a valer, não tem o direito de se dizer monarchico neste paiz, sob pena de cair numa absurda contradição; porque Republica e Patria estão, já agora, tão intimamente ligadas nos seus destinos, que se não póde tocar numa, sem que isso não implique, fatalmente, o desastre da outra.

Quem, ao sair das cidades ou das vilas, vir o que eu vi nas aldeias, não póde deixar de concordar comigo, o caso é que veja com olhos de patriota. Os senhores monarchicos podem objectar que tambem a maioria dos homens da Republica faliu.

Infelizmente é verdade, ou êles não viessem do meio deleterio da Monarquia, herdando-lhe, por consequencia, os mesmos vícios e os mesmos defeitos. O primeiro tremendo êrro e o primeiro grave crime que cometeram, foi o abandonarem, quasi por completo, a maioria dos *republicanos da velha guarda*, que ahi andam a lutar com as maiores dificuldades, aborrecidos, descrentes dos homens e de tudo.

Conheço-os ás dezenas.

Mas os senhores monarquicos é que não teem autoridade moral para censurar a Republica, embora lhes assista êsse direito juridico, em face do Codigo; mas êste impõe-se pela fôrça, e aquella conquista-se por actos dignos.

«A maior parte dos homens da Republica falliu, gritam êles; não deu nada do que nos era licito esperar.»

Sim, senhores. Mas essa crítica pertence-nos a nós, *republicanos de sempre*, como o autor dêste livro; aos outros senhores, não. Porque, para terem o direito e autoridade moral de criticar o regimen, era preciso que não tivessem deixado a nação em geral, e o paiz em especial, no bonito estado em que o deixaram.

Uma amostra dêsse estado encontra-se no que vou dizer, por mim observado no espaço de dez mezes.

A gente — já o disse no segundo capitulo — entra ali na Bidoeira, uma feisssima aldeia a quinze kilometros de distancia de Leiria, e ficamos surpresos. Trajes, habitos, costumes, linguagem, tudo, emfim, nos dá logo a nitida impressão de que estamos em terra de barbaros.

Homens e mulheres, todos se apresentam descalços, excepção feita apenas para meia duzia de pessoas.

As raparigas solteiras usam a saia um quasi nada abaixo do joelho, o que produz no espirito do homem civilizado uma impressão desagradabilissima e de repugnancia.

Não obstante usarem, como disse, os *sapatos do senado*, elas pisam as esterqueiras da aldeia com a mesma firmeza e segurança com que as filhas de Eva da aristocracia lisboeta pizam os tapetes dos salões.

Os homens, quer de inverno quer de verão, não largam o maldito e anti-higienico carapuço, que não poucas vezes lhes provoca o fluxo sanguíneo pelo nariz.

Bastante me esforcei por lhes fazer vêr o grave inconveniente de tal espécie de cobertura.

O canto dos ranchos da sacha do milho e da apanha da azeitona é uma coisa monótona, destemperada, estúpida, incaracterística, sem graça absolutamente nenhuma. Tão distante dos mavi-
osos cantares dos ranchos da Borda de Agua e das nossas Beiras, como o canto do cuco do canto do rouxinol.

As mulheres, em geral, assobiam como os homens, quer nos serviços do campo, quer á frente duma junta de bois ou de enxada ao ombro, o que, como o leitor facilmente compreende, lhes dá um encanto poetico, suavissimo. O poeta se as visse assim como eu, nesta linda situação, gritaria devéras — *mais mundos, que elas cá estão!*

Mas, emfim, nestas infelizes criaturas, nem tudo é absolutamente desgracioso. Ha uma exclamação que elas proferem frequentemente com

um requebro, uma inflexão e uma graça que não sei descrever.

E' o — *figas, demonio!* ou o *figas, pecado!*

A hygiene nem mesmo de nome é ali conhecida. Homens e mulheres, em absoluta promiscuidade, bebem nas tabernas do lugar pelos mesmos copos enebados, sem se importarem para nada com as bocas sujas ou feridas. Aos domingos e dias santos êles e elas sacrificam muito rasoavelmente no altar de Baco sem perigo de maior, devido ao mato das ruas da aldeia que não põe em risco as costelas.

A cosinha é tudo quanto ha de mais simples e primitivo.

Não ha habitos de civilidade.

Na escola, como na taberna, espreguiçam-se, bocejam e praticam outros actos semelhantes, que em qualquer parte passam por extremas in-

correções ou faltas de civilidade, com a maxima sem-ceremonia.

O abuso da conversa dos alunos — quer adultos quer menores — durante as aulas, é também uma das dificuldades com que topa o professor no desempenho da sua missão. Repreendem-se muitas vezes, mas a repreensão é inutil: ficam-se como se nada fôra com êles.

Por índole, temperamento ou falta de habito, ou antes por todas estas coisas juntas, são, para escrever, indolentes e mandriões. Quando, por necessidade de aperfeiçoamento da caligrafia e da ortografia o professor os obriga a fazer mais duma escrita, é contra vontade que obedecem, quando não arranjam de pronto uma desculpa — o que sucede a maioria das vezes — para se esquivarem e saírem.

Uma outra dificuldade se depara ao professor: é a necessidade absoluta de se exprimir numa linguagem extremamente rasteira, se quer ser compreendido. Doutra fôrma perdeu de todo o seu tempo e o seu latim.

Aquela pobre gente, pelo seu estado de analfabetismo, tem o vocabulário mais restrito que se pôde imaginar e que faria rir, se não fôra antes motivo de lastima.

Assim, nas aulas, quando qualquer aluno ou aluna choramigava por qualquer diabrura dos condiscipulos ou por outro motivo, os companheiros denunciavam-no por esta expressão:

— Senhor professor, aquele garoto (ou garota) está a berrar!

Para apagarem as letras ou os algarismos escritos a giz no quadro, não era raro ouvir esta expressão típica:

— Senhor professor, dá licença que estrampalhe estas letras?

Ou est'outra:

— Dá licença que alague estas letras?

O verbo *alagar* toma uma extraordinaria latitude, que está fóra da alçada dos dicionarios mais completos.

Uma casa que derruiu, um carro que tombou, uma arvore que caiu, é uma casa, um carro, uma arvore que se *alagaram*.

A fraseologia, em geral, é uma coisa muito interessante e curiosa. Assim, para significarem que um individuo está semi-embriagado, usam esta estrambotica expressão:

Fulano está *tréco-laréco!*

Em vez da vulgar expressão — *Diabo que o leve* ou *Diabo que o carregue*, usam: *Diabo que o abraze*, ou *raio que o abraze*.

Estar a chuveiscar é estar a *aburranhar*.

Em lugar de dizerem fechar o livro, abrir a porta, dizem: *cerrar o livro ; desfechar a porta*.

Não empregam a frase — palavra de honra, ou dou a minha palavra de honra, etc.; dizem sinteticamente:

— *De honra*.

Para designarem uma porção de rapazes doutras aldeias, que vinham chegando á Escola, diziam:

— Lá vem a malta de Vale Coelho!

— Lá vem a malta da Texugueira!

— Lá vem a malta da Bidoeira de Baixo.

E assim sucessivamente.

O pouco de portuguez que se fala, é em absoluto estropiado.

Ó Juquim, fuge! Ó juquina, curre! Ó Maria, escuita.

Quem vem lá? Quem é?

Os diferentes mercados ou feiras que se realizam nas terras circunvisinhas, não são designados pelos nomes dessas terras, mas pelo dia do mez: a feira, ou mercado dos 22, dos 8, dos 9, dos 12, dos 28, etc..

A interrogação tem um ressaibo cantante.

E aqui teem os leitores, em breves traços, o estado de civilisação em que se encontram as nossas aldeias do distrito de Leiria. Façam idéia do que vae pelo resto do continente.

Guerreando as Escolas Moveis, que vão prestar o enorme serviço de arrotear e sáfaro campo que as escolas fixas mais tarde hão de cultivar a valer, os senhores Figueirinhas, Palyart & Companhia mostram desejar *que isto continue assim*, que a Republica conserve intacta esta bela herança da Monarquia.

Que a patria lhes agradeça a pureza das intenções, que bem merecem.

Antes de encerrar este capitulo vou dar mais uma nota interessante.

A Bidoeira é uma aldeia de analfabetos, bem como todas as outras que lhe ficam circunvisinhas. Apenas uns seis individuos sabiam ler, escrever e contar, quando lá apareci. Dêsses seis, três unicamente sabiam as quatro operações fundamentaes de aritmetica; os outros três chegavam só até á multiplicação.

Quando digo *ler*, não tome o leitor a expressão no sentido vulgar que se lhe atribue. Bem longe disso. O que êles sabiam era pouco mais que deletrear.

Quanto à escrita, o *specimen*, que mais adiante apresento, é por si mais eloquente do que tudo

quanto eu pudesse dizer, por melhor que o dissesse.

Eram duas horas da tarde. Saí da escola e dirigi-me a um estabelecimento da aldeia, onde queria comprar qualquer coisa.

Entre a porta estavam dois homens, um dos quaes um velhote muito meu afeiçoado, e um outro individuo para mim desconhecido. Este, pelo que pude observar de relance, era verboso e falador e tinha tipo de aventureiro audacioso, e de facto era-o, como depois soube.

Dentro do balcão apenas o dono da casa em mangas de camisa.

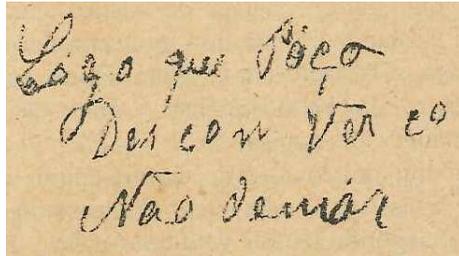
Fui um pouco forçado, contra minha vontade, a assistir à conversa. O desconhecido que é, segundo depois verifiquei, e êle o disse, sobrinho do famoso João Brandão, e até lhe usa o nome todo inteiro, falava com a maxima naturalidade

do seu degredo em Africa, por *ter morto dois cães*, o que me obrigou a objectar que não percebia bem como é que um homem podia ir parar ao degredo por ter morto dois cães. Que explicasse o enigma.

Respondeu-me, com a maior simplicidade dêste mundo, que os taes *dois cães* eram dois guardas fiscaes. Fiquei entendendo. Compreendi, com tão luminosa explicação, a intima paridade que existe entre cães e guardas fiscaes. E desde aquele momento em diante senti que não estava á vontade junto de tal hospede.

Entretanto, o dono da casa, de fisionomia inquieta, fazia-me de dentro do balcão sinaes que eu não compreendia bem. O que eu entendia melhor era o sinal que êle me fazia com a cabeça, indicando-me que entrasse para dentro do balcão. Já impaciente, pegou num lapis e num bocadinho

de papel que ainda conservo, escreveu-me isto, que eu li disfarçadamente:



Logo que pôço
Descom ver co
Não demiar

Com efeito, em menos de cinco minutos desfazia-me da terrível visita, e entrava para o interior do estabelecimento, onde o dono, respirando já a plenos pulmões, como quem se via livre duma grande opressão, me convidava a comer com êle um bocado de lombo.

Durante a refeição fez-me a historia do temível facínora, digno descendente daquele de quem usa o nome.

Contei o episodio para ter ensejo de estampar o *spécimen* da escrita que ahi fica, e provar com êle que não exagarei nada na apreciação que

atrás faço do estado das habilitações dos poucos que lá sabiam ler, escrever e contar. Todavia, com êste pouco, o homem conseguiu arranjar urna fortuna de seus vinte contos.

Avaliem agora as almas de boa-fé, os espiritos imparciaes e justos, não obcecados pela paixão politica, o enorme beneficio que as Escolas Moveis levaram àquele povo, por meio do mais insignificante, o mais obscuro e o menos competente dos seus professores no ano lectivo de 1914 a 1915.

Depois disto, os adversários daquela nobilissima instituição pódem falar á vontade.

Teem autoridade para tudo.

Simplesmente, nenhum verdadeiro patriota, nenhum autentico republicano, os ouvirá, porque, emfim, meus senhores, a despeito de tudo, a caravana passa!

Vou terminar.

Da gente dessas aldeias — a Bidoeira e circunvisinhas — apesar de tudo o que delas me disseram, só recebi cativantes provas de estima.

Devo confessal-o para descargo de consciência e a bem da verdade e da justiça. Adoravam-me e respeitavam-me tanto como ao seu proprio prior. O meu prestígio lá era tal, que a minha simples aparição e quatro palavras minhas, bastavam para cessar urna desordem violenta entre os mais temiveis valentões do lugar. Sucedeu isto algumas vezes.

E no entanto, se qualquer dêles se lembrasse de me dar *um simples abraço*, estoirar-me-hia irremediavelmente.

Pelo que se vê, o Diabo não é tão mau corno o pintam.

O fundo dessa gente não é mau. O que êles não teem é instrução e educação. Dêem-lhas as Escolas Moveis, emquanto a escola fixa lhas não póde ministrar.

Este livro devia fechar com o relatorio do curso diurno.

Não possuo cópia dêle. Em substituição, porém, transcrevo do jornal de Leiria, o *Mensageiro* de 4 de Agosto de 1915, a seguinte noticia, devida á pena do seu ilustre director, o padre José Ferreira de Lacerda, com a epigrafe, *Escola Movel*:

«No dia 25 do p. p. realizaram-se na escola masculina da freguesia dos Milagres as provas do aproveitamento dos alunos da Escola Movel da Bidoeira de Cima, daquela freguezia. Os alunos apresentados, todos êles pertencentes á aula diurna, fôram 16, tendo todos dado prática e publi-

camente nota de quanto são uteis estas escolas, desde que tenham professor que saiba e que de-seje trabalhar.

Os alunos da escola nocturna que ficaram a saber lêr, escrever e a fazer as quatro operações, foram 21, que somados aos 16 da escola diurna perfazem 37, numero total dos que nunca tendo pegado num livro, não conhecendo uma úuica letra, agora se apresentam lendo e escrevendo correctamente.

Creemos bem ser esta escola a que deu melhores provas de aproveitamento, e que maiores seriam ainda se não fôsem várias causas alheias á vontade do professor e da Camara, sendo conveniente frisar que a junção de alunos de ambos os sexos, em idade superior a 16 anos, é um obstaculo á missão do professor. Embora leigos no

assunto, parece-nos que tal junção é anti-pedagogica e inconveniente.

As provas realizadas no citado dia 25 foram prestadas perante o delegado da Camara, *amigos da escola*, regedor, presidente da junta e numerosa assistencia, sendo aproveitada a ocasião para mostrar aos presentes como os alunos aprenderam a lê e escrever no curto praso de 10 mêses, tendo alguns muitas faltas na frequencia, mostrando-lhe ao mesmo tempo quanto era conveniente enviar as crianças á escola.

Findas as provas, foi oferecido aos alunos, pelos *amigos da escola movel*, um jantar e ofertado um livro como recordação daquele dia.

Os nossos parabens ao professor, sr. Abilio David, pelo modo como apresentou os seus alunos nestas provas.

Esquecia-nos dizer que além destes alunos, muitos outros ficaram com alguns principios de leitura e escrita, que serão dum valioso auxiliar para o professor ou professora que vier para a escola a criar na Bidoeira.»

Estava já quasi no fim a impressão deste livro, quando no *Jornal de Coimbra*, de que é director o meu illustre e particular amigo Joaquim Ferreira, se me deparou o relatorio da missão da *Herdade da Amada*, proximo de Elvas.

Subscrive êsse relatório o professor sr. Domingos de Freitas, que não tenho a honra de conhecer, mas que, pelo que se vê, maneja a pena com segurança.

Transcrevo a parte que vem inserta no numero de 7 de Setembro, daquelle jornal, porque eloquentemente vem confirmar várias passagens do presente livro.

Se conhecesse o sr. Freitas e com êle tivesse combinado a redacção do seu relatório, para reforçar tudo quanto nêste livro escrevi sobre os trabalhos e dificuldades que assoberbam os professores das Escolas Moveis, não teriamos arranjado obra melhor nem mais perfeita.

Ahi vae a interessantissima parte do relatório do sr. Domingos de Freitas:

Ex.^{mo} Sr. Inspector

Terminado o ano lectivo de 1915-1916, o primeiro em que exerci o magisterio e durante o qual fiz a minha aprendizagem, visto que era absolutamente inexperiente em questões de ensino primario, cumpre-me passar em revista todos os factos ocorridos durante o ano, e apresentar a v. ex.^a, sob a forma de relatorio, a sua descrição detalhada, acompanhada de uma analise critica ligeira mas sincera e indispensavel, quanto a mim.

Não tendo recebido qualquer indicação sobre a maneira de orientar esse trabalho, permiti-me a liberdade de o fazer absolutamente de harmonia com o meu criterio e segundo a forma que eu julgar a mais pratica e a mais proveitosa para o ensino, fornecendo a v. ex.^a ensejo de tirar conclusões praticas e, porventura, qualquer utilidade para o ensino a ministrar, de futuro, nesta região.

Sabendo, de antemão, que v. ex.^a lucta com bastante falta de tempo para bem poder apreciar relatorios longos, dado o já elevado numero de Escolas Moveis disseminadas pelo País, vou ser tão resumido quanto possivel nesta exposição.

Assim, tocarei sómente os pontos que julgar de capital importancia, ferindo as notas principais e despresando tudo o que reputar de character secundario.

Neste pequenino trabalho referir-me-hei: 1.º) á fundação e instalação da Escola: á população desta região e sua disseminação; ao seu character e feitio; ao periodo que vai da abertura da Escola até ás provas de abril. 2.º) A' campanha urdida contra a Escola; aos varios episodios

passados de abril ao fim do ano lectivo e ás provas finais e aos exames.

A Escola abriu no dia 11 de outubro por só nesse dia estar ultimada a sua pobrissima instalação: doze cadeiras, uma mesa e um quadro preto fornecidos pelo ex.^{mo} sr. dr. Antonio dos Santos Cidrais!

Não houve maneira de obter mais mobiliario de qualquer entidade particular ou official, não obstante todos os esforços que, nesse sentido, profusamente empreguei!

Todos, absolutamente todos fizeram ouvidos de mercador ás minhas supplicas, o que me fez crer, desde logo, que estava entre gente ignorante e avarenta e absolutamente alheia, senão mesmo hostile, á missão humanitaria e civilisadora de que vinhamos incumbidos.

Assim se abriu a Escola Movel da Amada com uma frequencia de 52 alunos, frequencia que, no fim do mez de Outubro, atingia o elevado numero de 72, sendo 45 do sexo masculino e 27 do sexo feminino, com um total de 41 analfabetos. Alguns alunos do curso nocturno que nesta data eram num total de 18, emprestaram á Escola

dois rudíssimos bancos de choupo com lugar para vinte pessoas e uma tosca mesa velha que, durante longo tempo, servira em uma taberna, e nisto se resume todo o mobiliário com que a Escola funcionou durante os 10 meses deste ano lectivo!

A Junta de Paroquia dizia que nada podia fazer e a Camara igualmente visto que a sua situação era tão difícil que mandara recolher a Portalegre, por falta de recursos financeiros, a policia civica que aqui estava destacada: 5 guardas!

Em face do exposto, e por sermos pobres, tivemos de nos sujeitar a acatar tão critica situação como um facto consumado, contra o qual não podiamos reagir.

Havia absoluta carestia de mobiliário; sobrava-nos nesse momento a boa vontade de que estavamos possuidos e não nos faltavam, então, os alunos. Isso nos bastava e isso nos bastou com efeito.

Relativamente á população, nesta região, deverei dizer que, comquanto a Escola não estivesse instalada em qualquer povoação, ou proximo dela a população escolar

era abundante embora afluísse de diversos pontos, alguns bastante afastados: 4, 5, 6 e 7 quilómetros!

De começo, a frequência da Escola foi muito regular, começando, porém, em novembro e dezembro a pronunciar-se a falta de assiduidade, quer pelo mau tempo que fez, por vezes, quer ainda e, sobretudo, por causa da colheita da azeitona, que empregou bastantes alunos.

Deverei frisar bem o espirito ganancioso e avarento dos povos desta região, que põem qualquer pequeno lucro muito acima da instrução de seus filhos.

Assim, muito facil me foi verificar, dentro de pouco tempo, uma certa animosidade da parte de alguns pais, que tentavam arrancar os filhos da Escola, por diversas vezes, o que não fizeram logo devido ás prelecções, que lhes fazia, e ás multas que lhes fiz ver seriam applicadas se os filhos, em idade escolar, não frequentassem a Escola.

Esta *therapeutica persuasiva* não deixou desenvolver o microbio egoista até ao mez de fevereiro em que as faltas sobem de uma maneira assustadora e alguns alunos começam abandonando a Escola.»

E como êste, quantos mais relatorios não existirão nos arquivos da Inspeção, que seriam outros tantos elementos de primeira ordem para avaliar do estado do paiz.

FIM

NOTA. — Por lapso de composição e revisão, escapou, no primeiro periodo do *Antes de ler*, mencionar entre os nomes que lá figuram, o do sr. Magalhães Lima. Fica feita a rectificação.

ISBN: 18555499